

O LISBO O

BOLETIM DO
GRUPO

"AMIGOS DE
LISBOA"



ANO
VII

N.º
25



JANEIRO

1944

LISBOA



CASA AFRICANA

Rua Augusta, 161 / Telef. 24264-65 P B X / Lisboa

R. Sá da Bandeira, 166 / Telef. 1361 P B X / Pôrto

Secção de Alfaiataria e Camisaria para Homens e Rapazes. Modas e roupa branca para Senhoras e Crianças. Sêdas e Veludos, Lãs, Malhas, Algodões, Cintas e Soutiens. Decorador estofador. Peles confeccionadas e a retalho. Retrozaria, Luvaria, Perfumaria e todos os artigos para HOMENS, SENHORAS E CRIANÇAS

Preços fixos e marcados em todos os artigos
ON PARLE FRANÇAIS ENGLISH SPOKEN

A Alma de Portugal — CIDADES, VILAS e ALDEIAS — Mapa do País com distâncias quilométricas.

Mapa de Portugal a 10 côres, com a nova divisão administrativa.

Preço 6\$00

Roteiro do Automobilista —

Preço 3\$00

Método Caligráfico — Por Pinto

de Mesquita, professor da Escola Comercial VeiGA BEIRÃO — Um volume brochado com 90 modelos 10\$00

Resumo de Taquigrafia

Comercial — Por Pinto de Mesquita, prof. da Esc. Com. VEIGA BEIRÃO — Preço 10\$00

Atlas de Geografia — organi-

zado pelos professores José Romão e Leonel Trindade — Único com questionário. 3\$00

Livraria — Papellaria

Albano de Sousa & Barbosa, L.^{da}

145, RUA DA PALMA, 147

(Em frente ao Teatro Apolo)

LISBOA

O LIVRO

“Da Farsa à Tragédia”

de RAFAEL FERREIRA

muito ilustrado, e apenas por

DEZ ESCUDOS

deve encontrar-se em todas as estantes dos «Amigos de Lisboa»

Adquira-o em qualquer Livraria ou na sede deste Grupo.

JOSÉ FRANCISCO D'OLIVEIRA

Telefone 29635

Rua da Conceição, 125-1.º Esq.º

LISBOA

fornece para revenda as edições de:

Domingos Barreira

Editor

PORTO

LIVRARIA BERTRAND

A MAIS ANTIGA LIVRARIA DO PAIS

FUNDADA EM 1732

73, Rua Garrett, 75 — LISBOA

Telef.: P. B. X.-2 0535 e 2 0536 — End. teleg. LIBERTRAN-LISBOA — Apartado 78

Depositária e representante geral para Portugal do Département Étranger Hachette - Messageries Hachette, da The Continental Publishers & Distributors, Ltd. e de Paulo de Azevedo & C., do Rio de Janeiro, S. Paulo e Belo Horizonte

Distribuidora de jornais e revistas nacionais, brasileiras, francesas, inglesas, espanholas, americanas, etc.
Editora das obras de Alexandre Herculano, João de Deus, Conde de Sabugosa, Raúl Brandão, Wenceslau de Moraes, H. Lopes de Mendonça, Júlio Dantas, Antero de Figueiredo, Agostinho de Campos, Aquilino Ribeiro, Prof. Eduardo Coelho, Samuel Maia, Eugénio de Castro, João de Barros, Malheiro Dias, Joaquim Manso, etc.

Dicionários (grande e pequeno) de Cândido de Figueiredo, Dicionários do Povo e das Escolas de tôdas as línguas, Pequeno Dicionário da Língua Portuguesa (revisão ortográfica de Agostinho de Campos).

BIBLIOTECA DE INSTRUÇÃO PROFISSIONAL

As viagens maravilhosas de Júlio Verne

DEPOSITÁRIOS DOS MÉTODOS BERLITZ

Livros de Medicina, Direito, Engenharia, Arte, Literatura, Técnicos, etc

Portugueses — Brasileiros — Espanhóis — Franceses —
Ingleses — Italianos — Alemães — Americanos — etc.

Concessionária das gares dos Caminhos de Ferro

FILIAL NO PORTO: **Livraria Internacional, L.da**

43, RUA DE SANTO ANTÓNIO 43

A **Livraria Bertrand** encarrega-se da distribuição e venda de livros e publicações tanto nacionais como estrangeiras.

Remete pelo correio, à cobrança, todos os livros que lhe sejam pedidos, nacionais ou estrangeiros

ENVIAR-SE O CATÁLOGO GRÁTIS A QUEM O REQUISITAR

Fábrica Cerâmica
CONSTANCIA
Faiança Battistini
de
Maria de Portugal

Azulejos e louças artísticas em todos os estilos. Restauraos, decorações de interiores, jardins, bancos, fontes, capelas, silhares de azulejos, cópia de antigos e composições. Imagens, quadros históricos, populares, regionais e pastoris. Brasões, letreiros, etc.

Rua de S. Domingos à Lapa, 8
LISBOA Telefone 63751

CERÂMICA
DE
PALENÇA, L. DA

Fábrica de produtos de cerâmica para construções



PALENÇA DE BAIXO — Almada
Telefone — Almada 32

RUA DO ALECRIM, 20-A — Lisboa
Telefone — 2 4508

Se é verdadeiro «Amigo de Lisboa»

Prefere, para os seus seguros

A IMPERIO

A companhia de seguros de mais capital e que explora todos os ramos

Rua Garrett ————— **LISBOA**

T
R
A
B
A
L
H
O
S

D
E

L
U
X

UM BOM LIVRO
UM BOM JORNAL
SÓ NA

EDITORIAL
IMPÉRIO
L I M I T A D A

RUA DO SALITRE, 151-155 — TELEFONE P. B. X. 53173/4 — LISBOA

O PELOS PROCESSOS MAIS MODERNOS

ANTIGA CASA FIGUEIREDO

FUNDADA EM 1864, NA RUA BELA DA RAINHA,
HOJE, RUA DA PRATA, 215-217

EM LISBOA

TELEFONE 27606

CASA ESPECIALISADA NA FABRICAÇÃO DE:

COLCHÕES DE ARAME
COLCHÕES DE SUMAUMA DE JAVA
COLCHÕES DE LÃ
COLCHÕES DE CRINA ANIMAL
COLCHÕES DE LÃ E CRINA (MIXTOS)
COLCHÕES DE CORTIÇA
COLCHÕES DE FOLHELHO

SÓMENTE FABRICAÇÃO DE PRIMEIRA QUALIDADE,
COM OS MELHORES PANOS PARA CAMAS DE
TODOS OS ESTILOS E DIMENSÕES

DIVANS — CAMAS — ALMOFADAS DE PENAS
SECCÃO DE CAMPISMO: CAMAS, MESAS, CADEIRAS E
BANCOS ARTICULADOS — TENDAS — MOCHILAS — LAVATORIOS,
BALDES, BANHEIRAS E CHUVEIROS DE LONA — COLCHÕES POR-
TATEIS — SACOS DE DORMIR — BURNASIS — LANTERNAS — CANTIS
Facas de mato, talheres e todo o material portátil para praticar campismo

TELE FONE: 58 136
GAMAS: MALHAS



CÓDIGOS ABC 5.ª EDIÇÃO
RIBEIRO

MARCA REGISTRADA

SIMÕES & C.^A, LIMITADA

AVENIDA GOMES PEREIRA — BENFICA

FUNDADA EM 1907

A mais importante Fábrica de artefactos de malha do País. Fabricação de meias, peúgas, camisolas e roupa de malha para homens, senhoras e crianças, em algodão, lã e sêda

CRIADORA DA BEM CONHECIDA E ACREDITADA MEIA «SUPER KALIO»

E DAS ROUPAS «SUPREMA»

COMPANHIA NACIONAL DE NAVEGAÇÃO

Em 1881, há 63 anos,

a EMPRESA NACIONAL DE NAVEGAÇÃO

constituiu-se com dois vapores no total de 2.538 toneladas;

Em 1918, sucedeu-lhe a

COMPANHIA NACIONAL DE NAVEGAÇÃO

que explora hoje cêrca de 86 mil toneladas e

AO SERVIÇO DO IMPÉRIO

leva o nome de Lisboa a todos os mares do Mundo.

Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa

Capital
22.000.000\$00

S. A. R. L.

Fundos de Reserva
99.500.000\$00

SEDE:

95, Rua do Comércio, 119 — LISBOA

Filiais — Pôrto, Coimbra, Braga, Faro e Covilhã

Agências — Abrantes, Estoril, Gouveia, S. João da Madeira, Santarém, Tôrres Novas, Mangualde, Tôrres Vedras, Tortozendo, Moura e Figueiró dos Vinhos

Dependências urbanas (LISBOA) — Alcântara, Almirante Reis, Conde Barão, e Poço do Bispo
————— (PÔRTO) — Matozinhos —————

Efectua tôdas as operações bancárias

E. PINTO BASTO & C. L.^{A DA}

Navegação

Seguros

Exportações

Etc., etc.

Carvão

Representações

Transitários

NO PORTO

KENDALL, PINTO BASTO & C. L.^{A DA}



Enviem-se preços e catálogos, e fazem demonstrações dos aparelhos de limpeza em qualquer parte do continente

ELECTROLUX LIMITADA

LISBOA
AV. DA LIBERDADE, 141
Telef. 28846

PORTO
PR. DA LIBERDADE, 123
Telef. 2033

COMPANHIA DAS AGUAS DE LISBOA

Sociedade Anónima de responsabilidade
LIMITADA

Capital 50.000.000\$00

SÉDE
Avenida da Liberdade, 24
LISBOA

OS PRODUTOS DA:

Companhia Portuguesa de Tabacos

SÃO OS PREFERIDOS
PELO FUMADOR EXIGENTE

PICADOS: «Superior», «Francês», «Virgínia», «Duque», «Holandês», e «Águia»

CHARUTOS: «Irene» e «Argonautas»

Cigarrilhas Gamas, Avis, Diana, Legionários, Delta, Eureka, Menta, Lusos, Provisórios, Sporting, Navelistas, Elegantes, Turquezas, Tip-Top, Fágus, Sereias Lixo, Safo, Argos, ASES, Sagres, Chic, Lisboa P. Peitoral.

SÃO MARCAS DA

Companhia Portuguesa de Tabacos

Arrendatária das Fábricas e marcas de Tabacos do Estado



Fácil de preparar, de sabor agradável, é um excelente reconstituente altamente nutritivo e de notável digestibilidade. — O alimento ideal para colegiais, desportistas, jovens, mais enfraquecidos, débilis, convalescentes e pessoas idosas.

NESCAO

É UM PRODUTO NESTLÉ

A marca que inspira confiança



A VITRALIA

SANT'ANA & LOPES, Limitada

Fábrica de Espelhos e Lapidações de Cristais e Vitrais

Taboletas Gravadas a Ácido

Instalações e Decorações com Vidros e Espelhos

Vidro inestilhaçável para Automóveis
Molduras e Estampas

Colocação de Vidraça e Cristais em qualquer ponto do país

Orçamentos Grátis

20, RUA ÁLVARO COUTINHO, 24

(AOS ANJOS)

Telef. 47414

JOÃO DE BRITTO, LDA.

FUNDADA EM 1836 ~ Rua dos Arameiros, 11 — LISBOA

Agentes gerais em Portugal e Colónias
das Companhias Inglesas de Seguros

SCOTTISH UNION & NATIONAL INSURANCE C.º

THE MOTOR UNION

Seguros contra incêndio, seguros industriais e agrícolas, seguros marítimos, seguros de guerra, seguros de automóveis, Responsabilidade Civil, etc

Telef.: 2 1327 — 2 1328 — Estado n.º 345

Teleg.: Rito

QUANTAS CANSEIRAS E QUANTAS DIFICULDADES
VENCIDAS REPRESENTA ÉSTE FACTO TÃO SIMPLES
— APARENTEMENTE — O TER SEMPRE, PRONTOS
PARA O SERVIR PELOS TEMPOS QUE VÃO COR-
RENDO, O GÁS E A ELECTRICIDADE

Em sua casa, já V. Ex.^o se
habitua a que lhe falte
ora uma coisa, ora outra.
Mas que arrelia se, por falta
de carvão, se visse privado
do gás e da electricidade.

BEM CERTO É QUE OS BONS AMIGOS SÓ SE AVA-
LIAM VERDADEIRAMENTE QUANDO SE PERDEM

C.^{AS} R.^{AS} GÁS E ELECTRICIDADE

LISBOA—1944

OLISIPO

DIRECTOR: MATOS SEQUEIRA

EDITOR: FRANCISCO VALENÇA

EDIÇÃO E PROPRIEDADE DO GRUPO «AMIGOS DE LISBOA»

SEDE: RUA GARRETT, 62, 2.º — TELEFONE 2 5711

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA A TODOS OS SÓCIOS

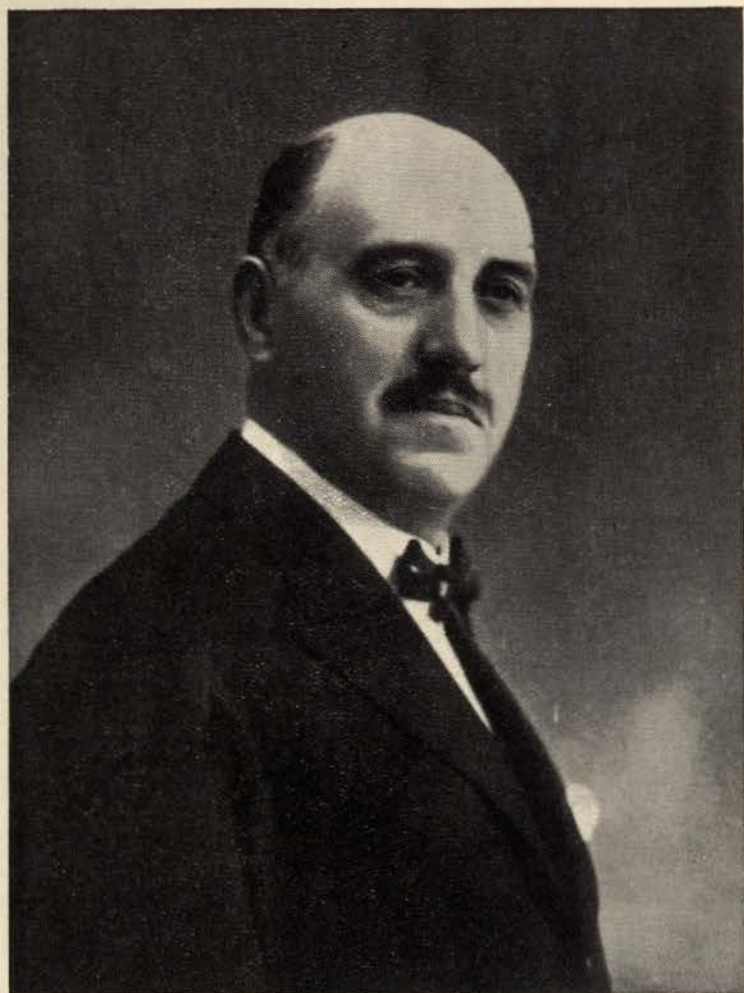
SUMARIO



- INSCRIÇÕES LAPIDARES DA PORTA DO FERRO
por *A. Vieira da Silva*
- O GRUPO «AMIGOS DE LISBOA» NA GRANDE FEIRA
POPULAR DO PARQUE DE PALHAVÁ
- A NOSSA AMIGA LISBOA
por *D. Maria Madalena Trigueiros de Martel Patrício*
- A INSCRIÇÃO DA BICA DO ANDALUZ
por *J. M. Cordeiro de Sousa*
- O «GALINHEIRO» DE S. CARLOS
por *António Ribeiro da Silva e Sousa (Sidónio Miguel)*
- REFLEXÕES SOBRE A ORIGEM DO FADO
por *Amaro de Almeida*
- O CONVENTO DE S. PEDRO DE ALCÂNTARA
por *Pedro da Cunha Santos*
- ACÇÃO CULTURAL DO GRUPO «AMIGOS DE LISBOA»
DURANTE O ANO DE 1943
- AMIGOS DE LISBOA

OS ARTIGOS AQUI PUBLICADOS SÃO DE EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE DOS SEUS AUTORES

COMP. E IMP. NA «EDITORIAL IMPÉRIO, LIMITADA» - R. DO SALITRE, 153 - TELEF. 5 3173 - LISBOA



Alvaro Pereira de Lacerda

vogal da Direcção do nosso Grupo e dedicado «Amigo de Lisboa», falecido em 3 de Outubro último.

Inscrições lapidares da Porta do Ferro

Excerpto dum trabalho
em preparação sôbre
«Epigrafia Olisiponiana»

por A. VIEIRA DA SILVA

Graças aos numerosos estudos que de há tempos para cá se têm publicado sôbre a nossa cidade de Lisboa, de todos é sabido que a Porta do Ferro era uma das portas da primitiva cêrca da cidade, conhecida geralmente por *cêrca velha* ou *moura*, bem que se não saiba com certeza se foram povos muçulmanos os que a construíram.

A Porta chamava-se primitivamente *Porta de Ferro*, provavelmente por ser chapeada de ferro, mas esta denominação transformou-se com o tempo, não se sabe por quê, em *Porta do Ferro*. Também se lhe chamava Arco de N. S.^a da Consolação, por sôbre ela existir, já desde o ano 1437 pelo menos, uma capela com esta invocação.

Pouco se sabe da sua estrutura; as suas dimensões, no ano do terremoto, constam do *Tombo da Cidade de Lisboa*, 1755 ⁽¹⁾, e com respeito a épocas mais remotas, apenas consta, pela descrição dum autor árabe do meado do século XV, Ibne Abde Almunime, que ela era *encimada de arcos sobrepostos, que se apoiam em colunas de mármore, assentes em bases também de mármore* ⁽²⁾; sôbre a proveniência provável destas colunas trataremos mais adiante.

É do tempo em que Lisboa esteve sob o domínio romano, quando se chamava *Olisipo*, com os sobrenomes de *Felicitas Julia*, que são as

⁽¹⁾ V. o nosso trabalho *A Cêrca Moura de Lisboa*, 2.^a ed., 1939, págs. 83 e segs.

⁽²⁾ V. *Liceus de Portugal*, n.º 2, pág. 96, artigo do Dr. David Lopes.

lápidas epígrafas, ou com inscrições, votivas ou funerárias, existentes ou encontradas na muralha da Porta do Ferro, que constituem o objecto do presente estudo.



No primeiro degrau da escada de acesso à capela de N. S.^a da Consolação achava-se patente, talvez desde a construção da casa que estava sobre a Porta do Ferro, uma lápida com uma dedicação ao deus Esculápio (1), que começou a ser mencionada e transcrita por escritores da segunda metade do século XVI. Era então a única lápida ali visível na muralha, e cousa alguma fazia suspeitar a riqueza de inscrições que ela encerrava nas suas entranhas.

Foi necessário que o terremoto de 1755, arruinando a ermida, provocasse a demolição da Porta, obra que já desde longo tempo era reconhecida de grande vantagem, e mesmo indispensabilidade, para facilitar a circulação urbana no local.

Foi pois a Porta mandada demolir para se executar a nova distribuição das vias públicas do plano da reconstrução da cidade, em seguida ao terremoto de 1755, e essa demolição deve ter-se efectuado entre a data da 1.^a edição do *Mappa de Portugal*, por João Baptista de Castro (1758), e a da 2.^a edição (1763).

Durante a demolição desentranhou-se da muralha uma avalanche de lápidas epígrafas, da época do domínio romano, que felizmente encontraram quem delas curasse e as copiasse, graças ao que a sua memória se não perdeu, ao contrário do que aconteceu a quasi tôdas as próprias pedras.



Depois da colheita de inscrições olisiponenses feita no século XVI e na primeira metade de immediato, por antiquários e curiosos, raras inscrições se descobriram na região de Lisboa, de forma que os escritores até à época do terremoto de 1755 se limitaram a copiar as que receberam dos autores quinhentistas e seiscentistas, e pouco acrescentaram ao que êstes haviam reunido.

O aparecimento das numerosas lápidas da muralha do Arco de N. S.^a da Consolação fêz revivescer o gôsto pelas questões epigráficas,

e um estudioso clérigo teatino e académico, historiador e arqueólogo, D. Tomaz Caetano de Bem, tomou a seu cargo, certamente com o auxílio de qualquer pessoa que tinha no local, ir coligindo e copiando as inscrições das lápidas que sucessivamente se iam descobrindo na demolição da muralha, as quais todavia não publicou.

A primeira relação que recebeu continha nove inscrições lapidares (2 a 10); uma segunda, em que se dizia terem sido encontradas no alicerce do Arco, continha dez, duas das quais (8 e 9) eram repetidas da primeira relação, seis eram novas (11 a 16), e duas eram da muralha da Porta de Alfôfa, o que mostra que estas últimas já haviam sido tiradas da Porta, e se achavam misturadas com as extraídas do Arco da Consolação; uma terceira relação continha uma única inscrição (17). O padre Bem deu-nos assim nota de dezasseis inscrições colhidas com certeza na muralha da Porta do Ferro.

Mais pedras epígrafas saíram desta muralha, e pena foi que este arqueólogo, com a sua boa vontade, e a sua competência especial, não as tivesse copiado tôdas, pois que há certeza de que, desde logo, algumas se extraviaram.

Um escritor português, José António da Cunha, mas que se assinava *Acuña*, escreveu por êsse tempo uma memória em espanhol, com o título *Lithologia Lusitana*, que remeteu à Academia da História de Madrid, onde se conserva manuscrita, e da qual consta uma inscrição (18), que êle diz ter sido encontrada na demolição do Arco, e de que não tornamos a ter notícia.

Um estudioso frade franciscano do convento de N. S.^a de Jesus, edifício onde funcionam actualmente a Academia das Ciências de Lisboa, os Serviços Geológicos, e a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Frei Manuel do Cenáculo, que era muito da amizade do Conde de Oeiras, obteve ordem para que as pedras epígrafas extraídas da muralha da Porta do Ferro fôsem levadas para o seu convento, onde começou a organizar um museu lapidar.

As pedras maiores e de difícil transporte ficaram arrumadas no claustro baixo do convento, hoje entregue à Faculdade de Letras, e as mais pequenas foram para o terraço por cima da cozinha do edifício, situado em frente da escada do lado da Rua actualmente chamada da Academia das Ciências.

Êste sábio não publicou trabalho algum sôbre epigrafia olisiponiana, mas coligiu em Évora vários apontamentos manuscritos, onde se contêm, entre outras, seis cópias de lápidas olisiponenses (5, 8, 12, 16, 21 e 35) da Porta do Ferro.



Passados dezoito anos após a data do terremoto, veio a Portugal um erudito religioso franciscano espanhol, Sebastian Sanchez Sobriño, que em Junho de 1773 viu a colecção de lápidas olisiponenses organizada por Fr. Manuel do Cenáculo, e nos deixou notícia de algumas inscrições dela (4, 5, 12 e 16), assim como de muitas outras do nosso país, copiadas das próprias pedras, na obra que, sob o anagrama Anastácio Francisco y Bebrinsaez, publicou em 1774 com o título: *Viaje Topografico desde Granada a Lisboa*. O mesmo autor informa-nos ainda que no museu existiam três pequenas e interessantes aras (19, 20 e 21), que consta terem sido encontradas em Lisboa, em sítio indeterminado, sendo possível que também proviessem da demolição da Porta do Ferro.

Frei Manuel do Cenáculo foi em 1770 nomeado bispo de Beja, para onde partiu em 1777. Entre estas duas datas fêz expedir para os paços episcopais daquela cidade, pelo menos duas lápidas (12 e 16) das descobertas na Porta do Ferro, e porventura as três ámulas (19, 20 e 21) a que nos referimos. O que é certo é que nove anos mais tarde estas cinco pedras estavam no museu organizado por Cenáculo nos seus paços de Beja.



No último quartel do século XVIII um outro religioso espanhol, D. Francisco Perez Bayer, lente da Universidade de Valência, historiador, arqueólogo, numismata, filólogo e humanista, na viagem que fêz por Portugal em 1782 acompanhado dum desenhador, viu em Beja a colecção de lápidas com inscrições do bispo D. Manuel do Cenáculo, em que se compreendiam as cinco olisiponenses acima mencionadas, e em Lisboa as que êste havia deixado no museu do convento de Jesus. Em cadernos manuscritos, que se conservam em bibliotecas de Madrid e de que existem cópias na Biblioteca Nacional de Lisboa e na da Aca-

demia das Ciências de Lisboa, deixou o relatório da sua viagem, tendo sido traduzida e publicada a parte que respeita a Portugal em: *O Archeologo Português*, vol. XXIV, 1920.

Além das lápidas que existiam em Beja, menciona êste estudioso arqueólogo, doze no claustro do convento de Jesus (2 a 11, 15, 33) e sete no terraço do mesmo (26 a 32), uma das quais (30) era proveniente do Arco da Porta do Ferro, e as seis restantes de origem não mencionada, mas com probabilidade também do mesmo local. Ainda na Plaza Mayor, isto é, no nosso Terreiro do Paço, viu Bayer quatro pedras epígrafas em monte (22 a 25), que provàvelmente foram mais tarde aproveitadas como cantaria nalgum edifício da cidade em reconstrução, pois que não volta a haver notícias delas.

Havia portanto em 1782 nas colecções de Cenáculo em Lisboa e Beja vinte e quatro lápidas epígrafas olisiponenses, quinze das quais encontradas com certeza, e nove com probabilidade na muralha da Porta do Ferro.



No mencionado ano fêz um outro frade do mesmo convento de Jesus, Vicente Salgado, também antiquário e numismata, e amigo do bispo D. Manuel do Cenáculo, uma relação de dezasseis lápidas existentes no museu do convento de Jesus, (2, 3, 6 a 11, 15, 27 a 33) que parece serem as que aqui ficaram quando o bispo saiu para Beja em 1777, para assumir o govêrno da sua diocese, as quais eram, com pequena diferença, as mesmas que Bayer havia visto na sua passagem pelo convento; mais tarde foram para ali transferidas três lápidas: uma (35) procedente da muralha do Arco, outra do convento da Boa Hora, de Lisboa (em 1796), e a terceira das ruínas do palácio dos Senhores de Murça a S. João da Praça.

Além destas, ainda Fr. Vicente Salgado dá notícia de mais três (34, 36, 37), que estavam destinadas, como as outras quatro que Bayer mencionou no Terreiro do Paço, para serem empregadas como pedras de cantaria, ou mesmo de alvenaria; eram também provenientes da muralha da Porta do Ferro, e igualmente se lhes perdeu o rasto.



O architecto inglês James Murphy fêz uma excursão por Portugal em 1789, e copiou aqui, além de vários assuntos do país, as três inscrições lapidares das ámulas olisiponenses (?) já mencionadas, que estavam no museu de Cenáculo, em Beja; delas nos deixou os desenhos e a notícia no seu livro narrativo da viagem: *Travels in Portugal*, editado em Londres em 1795.



Finalmente, um outro viajante espanhol, D. José Cornide y Saavedra, naturalista e académico de Madrid, fêz também uma excursão por Portugal, em missão de estudo, de 1798 a 1801, acompanhado dum desenhador, e copiou aqui muitas inscrições em cadernos manuscritos, que se guardam na Academia da História de Madrid, e de que um extracto muito incompleto existe na Biblioteca Nacional de Lisboa. Nêles dá notícia de nove inscrições da Porta do Ferro, já conhecidas (2 a 7, 9, 10, 13).

E com êste termina a série de contemporâneos curiosos, que se interessaram pelas lápidas epígrafas encontradas na muralha da Porta do Ferro.



Resumindo o que acabamos de expor, vê-se que, além da inscrição (1) que já existia patente, foram encontradas na muralha do Arco da Consolação, pelo menos trinta e seis lápidas epígrafas, sendo vinte e sete certas (2 a 18, 22 a 25, 30, 33 a 37) e nove prováveis (19 a 21, 26 a 29, 31, 32).

Que o museu de Cenáculo, no convento de N. S.^a de Jesus, continha pelo menos vinte lápidas, sendo doze no claustro baixo (2 a 11, 15 e 33) e sete no terraço (26 a 32) e uma num ou noutro dêstes sítios (35), além das trazidas do palácio dos Senhores de Murça, em 1776 (?), e do convento da Boa Hora, de Lisboa, em 1796.

Que para o museu de Cenáculo nos paços episcopais de Beja

foram pelo menos cinco lápidas olisiponenses, sendo duas certas (12, 16) e três duvidosas (19, 20, 21).

Que das pedras provenientes do Arco estiveram quatro em monte no Terreiro do Paço (22 a 25), depois provàvelmente aplicadas como cantaria, e que o mesmo destino tiveram, com probabilidade, mais outras três (34, 36, 37). Uma (13) parece que foi levada para Alverca e de três (14, 17, 18) não voltou a haver notícias depois da sua descoberta, assim como da de dedicação ao deus Esculápio (1), que estava patente antes da demolição da muralha.



Findo o século findou também o entusiasmo pelos estudos e collecções epigráficas olisiponianas, talvez devido às convulsões políticas e invasões militares dos princípios do século XIX, e as numerosas pedras encontradas na muralha do Arco da Consolação, cuja maior parte constituía o museu lapidar olisiponiano de Cenáculo no convento de N. S.^a de Jesus, dispersaram-se ou desapareceram, a tal ponto que das trinta e sete (em que se inclui a dedicada a Esculápio) de que se conserva notícia, apenas existem cinco. Destas, acha-se uma no Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos, em Belém (30), reencontrada na cêrca do convento de Jesus em 1899; três no Museu Regional de Évora (16, 19, 20), para ali transferidas de Beja no ano 1868; e uma no Museu da Associação dos Arqueólogos, no Carmo (17), reencontrada no ano 1922 no sub-solo do prédio n.º 13 a 19 da Rua das Canastras, onde esteve enterrada durante mais dum século e meio.



Vimos que, segundo o testemunho dum autor muçulmano do século XV, era a Porta do Ferro encimada por arcos sobrepostos, assentando sôbre colunas e bases de mármore, que lhe davam talvez um pouco o aspecto dum arco triunfal romano. Convém advertir que as colunas não deviam ser de mármore, mas muito provàvelmente de pedra calcárea dos arredores de Lisboa, de Paço de Arcos ou de Sintra,

aonde os construtores iam então, como hoje, buscar as suas pedras de cantaria.

Nas vizinhanças da Porta encontraram-se em 1753, quando se faziam as escavações para a construção do grande prédio que esquina do Largo da Madalena para a Travessa do Almada, restos duma *fábrica romana, grande e majestosa*. O inventário dos trechos arquitectónicos encontrados foi feito pelo P.^e D. Tomaz Caetano de Bem (*Carta*, etc., pág. 159), e entre êles figuram troços de fustos de muitas e grossas colunas (com cêrca de 0^m,45 de diâmetro), bases e capitéis de ordem jónica, e muitas pedras polidas, denunciando uma construção rica, e também vasta, segundo o testemunho do informador contemporâneo mencionado.

Nas escavações que no 2.^o semestre do corrente ano (1943) se fizeram no Largo da Madalena, no terreno contíguo ao grande prédio a que acabámos de referir-nos, continuaram a encontrar-se restos do mesmo edificio romano, uma base e um fragmento de fusto de coluna, etc., que vieram como que servir de contra-prova às informações do P.^e Caetano de Bem.

Além dos fragmentos de trechos architectónicos, foram encontradas, nas primeiras escavações, cinco lápidas epígrafas, uma das quais era dedicada ao deus Mercúrio, duas outras eram funerárias, e as duas restantes eram de dedicação a Cíbele, mãe dos deuses, divindade do culto pagão; sôbre estas últimas vamos deter um pouco a nossa atenção.

Uma (38) foi oferecida à divindade por um indivíduo, para cumprimento duma promessa, ou como agradecimento por algum benefício que dela tivesse recebido. A outra (39) foi-lhe dedicada também como preito de gratidão, por uma cernófora ou sacerdotisa encarregada dos vasos sagrados do culto da deusa Cíbele, por intermédio de um sacerdote e de uma sacerdotisa do culto da mesma deusa. Uma das pedras (3) encontradas na demolição da muralha da Porta do Ferro era um cipo funerário duma *flaminica da provincia da Lusitania*, ou sacerdotisa do culto oficial dos deuses.

Confrontando todos êstes objectos encontrados no local, e transportando-nos em pensamento ao princípio do século II da era cristã, somos levados a conjecturar que o edificio era um templo dedicado à

deusa Cibele. As numerosas e grossas colunas e outras pedras trabalhadas, as duas lápidas dedicadas a esta deusa, como preito de gratidão por benefícios recebidos, uma delas por sacerdotes do seu culto, a lápida ofertada a Mercúrio, para que êste velasse pela saúde do Imperador César Augusto, que era costume colocar em edículas nos templos, são indícios que, relacionados, nos permitem formular a nossa conjectura.

As colunas que ornavam a Porta do Ferro deviam, com a maior verosimilhança, ter sido levadas dêste templo, quando foi arrasado por algum dos povos que se seguiram aos romanos no domínio da cidade.

As numerosas lápidas epígrafas que da muralha da Porta do Ferro e dos seus alicerces foram desentranhadas deviam ter sido trazidas duma necrópole romana que nas suas proximidades teria existido porventura na região circunjacente ao templo. Estava tudo ali perto, e os construtores da cêrca moura, pela lei do mínimo esforço, com reduzido trabalho teriam ido buscar ao templo e ao cemitério que o circundava, as cantarias, ou pedras aparelhadas, para a construção da Porta do Ferro, e da muralha defensiva da cidade que por aquêle sítio fizeram passar.

Teria sido assim?

Seguem-se as cópias das inscrições:

1

AESCULAPIO
AVG
SACRUM . CVL
TORES . LARVM
MALIAE . ET . MALIOLI
M . COSSVTIVS
MACRINVS
DONAVIT

Monumento consagrado a Esculápio Augusto. Marco Cossúcio Macrino presenteou com êle os devotos dos [deuses] Lares de Malia e de Maliolo.

2

C. CAECILIO . Q . F
 GAL . GALLO . AED
 PETICIA . P . F . TVSCA
 VXOR

A Caio Cecílio Galo, filho de Quinto, da tribo Galéria, edil [erigiu] sua mulher Peticia Tusca, filha de Públio.

3

FLAMINICAE
 PROVINCIAE
 LUSITANIAE
 SERVILIAE . L . F
 ALBINI . D . D

LUCCEIAE
 Q . F . ALBINAЕ
 TERENTIANI
 D . D

Na frente

No lado

Duas inscrições na mesma pedra.

Na frente: A Servília, filha de Lúcio Albino, Flamínica da Província da Lusitânia [foi erigido êste monumento] por decreto dos Decuriões.

No lado: A Lúcia Albina, filha do Quinto Terenciâno [foi erigido êste monumento] por decreto dos Decuriões.

Flamínicas eram as sacerdotisas oficiais dos cultos dos deuses.

Decuriões eram os magistrados da corporação que estava à testa do govêrno do município.

4

Q . IVLIO . Q . F . GAL . PLOTO
 AED . II VIR . FLAMINI
 GERM . CAESARIS . FLA
 MINI . IVLIAE . AVG . IN . PERPETVM

A Quinto Júlio Ploto, filho de Quinto, da tribo Galéria, Edil, Duumviro, flamen de César Germânico, flamen de Júlia Augusta [dedicou esta memória] por tôda a eternidade... [falta o nome do dedicador].

Flamens eram os sacerdotes do culto oficial dos deuses, ou dos imperadores.

que depois da sua morte eram divinizados. Júlio Ploto foi sacerdote do culto do príncipe Germânico César, falecido no ano 19 D.C., e de sua avó Lúvia ou Júlia Augusta, falecida no ano 29 D.C. Estas datas marcam aproximadamente a época da inscrição.

 5

Q ð IVLIO ð Q ð F ð GAL
SALVIANO

A Quinto Júlio Salviano, filho de Quinto, da tribo Galéria...

 6

M. PETRONIO
M. F. GAL
BASSO. D. D

A Marco Petrónio Basso, filho de Marco, da tribo Galéria, por decreto dos Decuriões [se erigiu esta memória?].

 7

PETICIAE. P. F
TVSCAE

A Petícia Tusca, filha de Públio...

 8

D. M
p OSTVMIAE. Q. F
QVINTILLAE
j VL. PAPIANVS
u XORI. OPTIMAE
e T. SIBI. CARISSIMAE

Aos deuses Manes de Postúmia Quintila, filha de Quinto; Júlio Papiano [ergueu à memória de] sua excelente consorte, e por êle muito amada.

9

PRIMIGENIVS . C . TERENTI
D

Primigénio Caio (?) Terêncio...

10

C . TENATIO . C . F
GAL . IVSTO
D . D

A Caio Tenácio Justo, filho de Caio, da tribo Galéria [foi erigido êste monumento] por decreto dos Decuriões.

11

Q . IVLIO . M . F
GAL . SILVANO
POST . MORTEM
C . IVLIVS . RVFVS
FRATER

A Quinto Júlio Silvano, filho de Marco, da tribo Galéria, [mandou erigir] depois da sua morte, o seu irmão Caio Júlio Rufo.

12

D . M
L . IVNIO . L . F . GAL
c ANDIDO . QVI . VIXI t
ANN . V . MENS . VII

Aos deuses Manes. A Lúcio Júnio Cândido, filho de Lúcio, da tribo Galéria, que viveu 5 anos e 6 meses...

 13

M. LICINIUS . M
 F. GAL. QVADRA
 TVS. H. S. E

Marco Licinio Quadrado, filho de Marco, da tribo Galéria, está sepultado aqui.

 14

G. LUCCEIVS
 PHILOGENES
 AN. XL. H. S. E

Gaio Luceio Filógeno, [falecido aos] 40 anos de idade, está sepultado aqui.

 15

...NATIAE
 AMOENA
ju LIA . TVSCILLA
 MATER

A [Mu- ou Te?] nácia Amena. Júlia Tuscila, sua Mãe...

 16

Q POMPEIVS
 VARI. LIB...
 ...IVSTVS.

Quinto Pompeio Justo, liberto de Varo...

 17

C. IVLIVS
 G. F. GAL
 RVFINVS
 AED. DESIG
 H. S. E

Caio Júlio Rufino, filho de Gaio, da tribo Galeria, já escolhido para edil, está sepultado aqui.

Edil, era o magistrado a cujo cargo estavam as obras públicas da cidade: polícia, mercados, templos, jogos públicos, etc.

18

SEX . POMPEIO
L . F . GAL
s CAPVLAE
LIBERTI

A Sexto Pompeio, filho de Lúcio, da tribo Galéria, liberto de Escápula...

19

D M
CAECILIO . P . F
HERMETIANO
V . A . II . M . X . D . XVII
P . CAECILIVS
SICILIANVS . FRATER . ATHEIVS . A . VII . M . III . D . VII
HERMES
PATER . FECIT

Aos deuses Manes. A Cecílio Hermeciano, filho de Públio — que viveu 2 anos, 10 meses e 17 dias — seu pai Públio Cecílio Hermes, mandou erigir [êste monumento]. — Siciliano Ateio, seu irmão, [falecido aos] 7 anos, 3 meses e 7 dias.

20

DIS . MANIB
L . COMINI
EXPECTATI
IVSTVS
ET . AVGVSTANVS . CVM
COMINIA
MATRE
PATRI . OPTIMO

Aos deuses Manes de Lúcio Comínio Expectato. Justo e Augustano, com Comínia, sua Mãe, [erigiram] ao seu bondosíssimo Pai.

 21

D. M.
 IVSTO. CAEPIONI
 CORINTHVS. ET. CLYTE
 PARENTES
 VIXIT. ANN. VIII. MENSIB
 VIII. DIEBUS. VIII

Aos deuses Manes. Justo Cepião, que viveu 8 anos, 9 meses e 8 dias; seus Pais, Corinto e Clite [erigiram êste monumento].

 22

CQCCEIA ÷ L ÷ FIL
 CHRESTE
 H. S. E. S. T. T. L

Cocéia Creste, filha de Lúcio, está sepultada aqui. Que o pêso da terra te não moleste.

 23

f ABIVS. IVSTI. F. GAL
 RVFVS. CLVNIENS ÷ AN XXXX
 CAECILIA ÷ SCAPVLAE. F. GEMINA
 AN. XVIII. VXOR. OLISIPONES. S. I. S
 HOC. MAESOLIVM. SEMPRONIA
 RVFINA. MATER. D. SVO. FACIENDV m
 CVRAVIT

Fábio Rufo, natural de Clúnia, filho de Justo, da tribo Galéria [falecido aos] 40 anos de idade. Cecília Gémina, sua mulher [falecida aos] 18 anos de idade, filha de Escápula, olisiponense. Sua Mãe, Semprónia Rufina, mandou fazer à sua custa êste mausoleu para si e para os seus.

24

GRAPTUS
LVCCEIAE . CIN
NAMIDIS . SER
ANN . XIII . H . S . E
S . T . T . L
IN . FRONTE . P . XXX
IN . AGRO . P . XX

Grpto, servo de Luceia Cinamide, está aqui sepultado. Que o pêso da terra te não moleste. 30 pés de frente (ao longo da estrada?); 20 pés para o campo (ou de fundo?).

Estas dimensões são talvez as da leira ou campo onde foi erigida a sepultura.

25

IVLIA . THYM
ELE . MONTA
NI . H . S . E

Júlia Timele Montana está sepultada aqui.

26

C . IVLIVS . FELIX
CAPPADO α
ET . IVLIA . SEV e R α
VXOR

Caio Júlio Feliz, natural da Capadocia, e Júlia Severa, sua mulher... [estão aqui sepultados?].

27

D...
mac ROBIVS . ANNO
...PIISSIMO . POSVIT
... RVM . XXXV ...

Aos deuses Manes. Macróbio erigiu [êste monumento] ao seu estreimosíssimo [filho?], [falecido aos] 35 anos de idade.

 28

D. I. M
 NIGELIONI
 M. MVNNA
 FILIO. P. P. XVII

Aos infernais Deuses Manes. A Nigélio (ou Nigelião), sua mãe Muna levantou [êste monumento] ao seu filho estreimosíssimo, [falecido aos] 17 anos de idade.

 29

D. M
 T. NIGRINO
 ANNOR *um*
 MIII... *mvNNA*
 MARITO
 ANNORVM
 VII
 M.....
 F.....

Aos deuses Manes. A Tito Negrinho, [falecido aos] [?.] anos, M. [?.] Muna (?) [levantou êste monumento] a seu marido, [falecido aos] ...?7 anos de idade.

Nota. Esta leitura é muito duvidosa.

 30

D. M. S
 TILIMACO
 ANN. LX
 NEMESIUS
 PATRI. PIEN
tissi MO
f. C

Monumento aos deuses Manes. A Telemaco, [falecido aos] 40 anos de idade, Nemécio mandou erigir [esta memória] a seu pai estreimosíssimo.

31

P. VRSIO . P . F . GAL . PRISCO . PIO
 PATER . POST . MORTEM
 P . VRSIO . P . C . Q . L . DEMETRIO

A Públio Ursio Prisco Pio. O seu pai mandou erigir neste lugar um monumento a Públio Ursio Demétrio (irmão do primeiro?), depois da morte deste.

Nota: Esta leitura é duvidosa.

32

D . M
 MAIAE . FELI
 CVLAE . ANN
 XXVI
 MATER . P

Aos deuses Manes de Maia Felicula, [falecida aos] 26 anos de idade. Sua mãe mandou erigir [êste monumento].

33

...LVCIVS
 C . L . CELER
 H . S . E

...Lúcio Celer, liberto de Caio, está sepultado aqui.

34

C . ANTONIVS
 L . F . URVS
 H . S . E

Caio António Urso (?), filho de Lúcio, está sepultado aqui.

35

IVLIA . Q . F . AEQUA . MATER

Júlia Équa, filha de Quinto. Sua Mãe... [dedicou-lhe esta memória?].

 36

L. VARBIVS . L . F
 GAL . TANGINVS
 H . S . E

Lúcio Varbo Tangino, filho de Lúcio, da tribo Galéria, está sepultado aqui.

 37

SEX POMPEIVS
 FAVSTVS
 H . S . E
 EI . F . CAECILIA CALIMIS

Sexto Pompeio Fausto está sepultado aqui. Fêz-lhe [êste monumento] Cecília Cálíma.

 38

DEVM MATRÍ
 T . LICINIVS
 AMARANTHVS
 V . S . L . M

À mãe dos deuses. Tito Licínio Amarante cumpriu de bom grado e com razão o voto [que fizera à mãe dos deuses].

 39

MATRI DE
 VM . MAG . IDE
 AE . PHRYG . FL
 TYCHE . CERNO
 PHOR . PER . M . IVL
 CASS . ET . CASS . SEV
 M . AT . ET . ANN . COSS . GAL

À grande mãe dos deuses Frígia, adorada no monte Ida, [dedicou] a Cernófora Flávia Tyche, por intervenção de Marco Júlio Cassiano e de Cássia Severa, no consulado de Marco Atílio e Anio Galo.

Novembro de 1943.

O Grupo «Amigos de Lisboa» na grande Feira Popular do Parque de Palhavã

O Grupo de «Amigos de Lisboa» cuja actividade e cuja sensibilidade acompanha todos os movimentos a favor do culto das tradições e da sua manutenção, tendentes a consolidar o carácter alfacinha, viu com verdadeira satisfação criar-se e desenvolver-se a ideia da efectivação de uma grande feira popular que reatasse o fio d'esses divertimentos cidadãos, e desse ao povo um espectáculo saboroso e pitoresco.

Nestes termos, mal o grande jornal o «Século», lançou tal iniciativa ao público, logo o felicitou, o aplaudiu, e lhe ofereceu a sua colaboração. Na corrente do cometimento, em sessão da Direcção de 12 de Maio do ano findo, foi aprovada a proposta da representação do Grupo na Grande Feira Popular, tendo-se encarregado da orgânica dessa representação os nossos consócios e directores, Álvaro de Lacerda — que a morte tão cedo nos levou — e Hugo Raposo. A barraca que os Amigos de Lisboa ocuparam e que «O Século» quasi nos cedeu gratuitamente, permaneceu durante o tempo mais animado da Feira, fazendo a propaganda, por estampas, postais, livros e figurinhas populares, das

coisas saudosas e lindas da cidade. Duas raparigas, trajadas à maneira típica de um dos bairros de Lisboa, foram as nossas agentes de vendas.

A Grande Feira Popular foi, sem dúvida, um êxito. Agradou-nos colaborar nele, e os nossos votos são para que se mantenha a tradição e se continue a dar ao povo da capital, tão sequioso de distrações e tão merecedor de as ter, êsse espectáculo de verão, entre árvores bem copadas e a céu descoberto.



A instalação dos «Amigos de Lisboa»

A nossa amiga Lisboa e alguns dos seus grandes Amigos

por D. Maria Madalena Trigueiros de Martel Patricio

Diz-se que Ulisses, num dos seus mais célebres cruzeiros, deixou as Ilhas luminosas da Grécia, onde as ninfas, servidoras de Calipso, lhe ofereciam, nos açafates de frutos tentadores, os filtros mágicos que o deveriam prender para sempre aos seus encantos, quebrando-lhe para sempre as asas do sonho, e da aventura, e afastou-se, daquele mar sereno e morno, que ouvia no grande silêncio das noites estreladas falar as esfinges, e que, na partida de Ulisses para outros mares, se fez turvo, e sinistro!

O vento, gemeu então, e sôbre o mar, murmurou a notícia da morte do deus Pan, que, ao ver partir Ulisses, o navegador aventureiro do sonho e do amor, para a praia Ocidental, escolhida por Deus, para dar ao mundo a fé de Cristo, crispando a mão negra, para prender os raios de sol, que boiavam nas águas do mar, mergulhou para sempre, na imensidade azul do Mediterrâneo!

Ulisses, mar em fora, ao alto o pensamento, entre céu e mar, na sua barca longa e delgada como as gôndolas de Veneza, como os barcos que singram as areias das praias de Aveiro e da nossa Ribeira, ao compasso certo dos clássicos remadores, depois de longas noites passadas sôbre as ondas de espuma do Atlântico, viu, num deslumbramento, verdes pinheirais e areias brancas, de terras Lusitanas, e as colinas recortadas de Lisboa, nobre fidalga à beira mar sentada, vestida da luminosidade rósea do poente, como se pétalas de rosas e lilases se desfiassem no ar, para a glorificar, coroando de flores!

Ulisses achou finalmente aquela Terra Prometida, em vão procurada nas suas viagens, ficou preso aos encantos da «Nossa Amiga Lisboa» e foi, talvez, um dos seu mais antigos e mais dedicados amigos!

Lisboa romana, de têrmas, templos e teatros clássicos, Lisboa gótica, de Reis e bispos godos, Lisboa grave e misteriosa da moirama, de mesquitas, haréns, palácios e jardins silenciosos, vibrando nas horas sombrias dos poentes ao clamor ancestral dos muezzins para se recolher na oração da tarde! Lisboa medieval, com o encantador imprevisto das surpresas dos velhos paredões, das nesgas, por onde se avista a Terra Prometida, da Luz e da Aventura no azul do Tejo, com arcadas e portais de velhos palácios, ruas estreitas, onde retiniram os aços das espadas dos guerreiros de Afonso Henriques, ajudados na conquista de Lisboa pelos cru-

zados franceses, ingleses e suecos, que nos barcos largos dos normandos, nos barcos de coiro dos Wikings, do Mar do Norte, em jornadas longas, vinham *revitalhar-se* ao bonançoso pôrto de Lisboa, a caminho dos seus cruzeiros de Fé à Palestina!

Lisboa Afonsina, de simplicidade nobre e de beleza, que na conquista do Castelo, da mesquita que seria a Sé, nas preces do Santo bispo S. Gens, na velha ermida da Senhora do Monte, marcou os primeiros marcos da Fé Portuguesa!

A Renascença Portuguesa começa, depois de estar na Europa definitivamente acentuada a modalidade Renascente, a acentuar-se em Portugal, com a radiosa alvorada espiritual da Dinastia de Avis, fundada por D. João I e por Dona Filipa de Lencastre, Mãe e Espôsa admirável, nobre princesa inglêsa, que tão admiravelmente influíu, pelas gloriosas figuras de seus filhos, os Altos Infantes, no destino glorioso de Portugal, na sua fé, no seu nacionalismo.

Lisboa proclamando Rei de Portugal o Mestre de Avis, acentuou outro marco de glória e outro marco de nacionalismo na Arte, ordenada pelos príncipes portugueses.

Lisboa da Renascença e das conquistas, que viu partir e abordar as caravelas, com a cruz vermelha de Cristo, timbrando as velas brancas, aos seus cais perfumados, como os canais de Veneza dos perfumes subtis, das mercadorias orientais, que a Lisboa traziam! De Lisboa se espalhariam na Europa, nas sus preciosas tapeçarias, nas porcelanas, nas jóias, nos perfumes, nas especiarias da Ásia, desconhecidas ainda dos mais requintados europeus, todos os requintes de elegância e de riqueza, que Lisboa, pelas glórias das conquistas do Oriente, tirando o ceptro de Rainha da elegância a Veneza, iria espalhar no mundo!

Cordagens, algas, motivos marítimos, como braços de país de mareantes. A esfera armilar, é o símbolo da nação e o seu escudo levando a cruz de Cristo, mostra que D. Manuel, o Rei Venturoso das conquistas, no seu estilo Manuelino, da sua torre lisboeta de Belém, apesar da vida de luxo, de riqueza, de elegância que as riquezas do Oriente deram a Lisboa, mostra Lisboa sempre cristã no paganismo da época. Marcou o Convento dos Jerónimos, outro marco de Fé, de Arte, de Beleza e de patriotismo, pois que o estilo gótico flamejante Manuelino, é o estilo inimitável e único das conquistas e da Fé de Portugal, é a representação do seu patriótico nacionalismo.

Paço da Ribeira tinha um cunho portuguesíssimo, do qual Castilho, nos evoca a beleza.

Vestiam à Portuguesa D. Catarina de Áustria, a Rainha, que tanto sofreu e tanto amou e defendeu Portugal, e seu marido D. João III, o Rei que não quis adoptar as modas flamengas para seu vestuário, e que, segundo Castilho, muito sempre quis, às modas e costumes nacionais, e foi pronunciadamente português e lisboeta, como seu neto, D. Sebastião.

O heróico e desventurado Rei de Portugal, nasceu no Paço da Ribeira, considerado nessa época uma das maravilhas do mundo. O palácio sumptuoso, recheado de obras de arte, de tapêtes da Pérsia, de todos os esplendores do

Oriente, que as caravelas traziam para a Casa da Índia, o Almazém feérico junto do Paço, onde segundo Sousa de Macedo, se amontoavam «colchas, cassas, alcatifas árabes, espécies finas e coral, pérolas, âmbar, e cortes de várias sêdas, foi o cenário deslumbrante, onde nasceu e se criou D. Sebastião, herói da Lenda e da Desgraça, que Deus determinou desaparecesse para sempre nos areais africanos de Alcácer-Quibir, por querer bem servir a Deus e a Portugal!

Partira de Lisboa para a jornada de África, o jovem Rei, numa tarde quente e luminosa do mês de Junho de 1578, o mês mais lindo do clima de Lisboa, quando dos jardins cheios ainda das flores da primavera, vêm os perfumes deliciosos das flores dos jardins antigos: Saias de Vénus, rosas brancas de tocar, rosas vermelhas da Alexandria, quando o sol enche de labaredas o céu e o mar, que desmaiam depois, em tons suavíssimos de azul e de lilás...

Da sua querida Lisboa saíu D. Sebastião; porém a Lisboa, nunca mais voltou...

«Vestia da telinha perfilada a torçal de oiro (diz Castilho, na *Ribeira de Lisboa*) ia montado em soberbo cavalo, e nunca se mostrou mais airoso no corpo, alegre no semblante, que neste dia, conciliando com tal atracção os olhos dos seus vassallos, que lhe auguravam o Império do mundo!

E num último olhar, se teria despedido da sua querida Lisboa, de que recordaria o encanto das estações no seu aspecto florido, suave, ou verdejante conforme as estações do ano, as vistas suaves do Monte e do Castelo, onde o levavam em pequenino pelas tardes quentes de verão, a vivificar na brisa salina do largo e no ar puro da alta colina, a sua saúde débil, nos cuidados desvelados da Rainha Sua Avó!

Rei D. Sebastião, herói lisboeta e amigo de Lisboa, que na história ficou unido à linda cidade de Lisboa, onde nasceu, que percorreu na vida passo a passo, aspirando-lhe o encanto e o sabor, e que na sua morte perdeu também a vida! Herói do romantismo da saúde, cantada na epopeia da morte nas guitarras de Alcácer-Quibir...

Saúde, palavra portuguesa, que só Lisboa podia ter criado, como flor melancólica, doce perfume dos seus jardins antigos que avistam o mar, saúde que tomou o nome encantador e único no sentimento especial da alma portuguesa, da alma lisboeta...

Sentimento da saúde que guarda em si próprio e ao mesmo tempo, o passado e as suas lembranças, todo o carinho inspirado por pessoas queridas, a presença aproximada na saúde dos amigos ausentes, evocados na lembrança, o repouso do coração magoado na doçura da Esperança, sentimento achado e definido pelas almas românticas, mas enérgicas, que souberam fazer do sonho e da aventura o repouso e o carinho do pensamento e da alma...

O Visconde Júlio de Castilho foi um poeta da saúde, do passado, e de Lisboa. Desenhador, historiador, arqueólogo e artista, foi um dos mais notáveis lisboetas, a quem Lisboa deve a sua ressurreição nos séculos e no passado; foi o apaixonado paladino de Lisboa, o seu Romeiro do Passado e da Saúde...

O Visconde Júlio de Castilho, na sua obra admirável da *Lisboa Antiga*, fez, como Sainte-Beuve nos seus estudos da história, uma obra admirável da história da Pátria. O Visconde Júlio de Castilho, notável desenhador, ilustrava êle próprio as suas obras. Compreendeu e descreveu com rara intuição e bom gosto, todo o sútil encanto dos arredores de Lisboa, paisagem requintada de nostalgia triste, e de rara e inteligente distinção, a que nenhuma outra paisagem se pode igualar no mundo. Os arredores de Lisboa desenhou-os êle, com finura e delicadeza raras, assim como os velhos palácios da Lisboa Antiga, que êle freqüentava e que descreveu em deliciosos traços com o humorismo encantador de Gavarni.

O Visconde Júlio de Castilho, como Deveria, foi o comentador da sua época. Peregrino do Passado e da História, tomou, como Sainte-Beuve, nas raízes históricas do século XVIII, o seu officio de historiador. A sua ascendência histórica influenciou os estudos de outros «gentis-homens da história» seus amigos, como o Conde de Mafra, o Conde de Vila Flor, o Conde de Sabugosa e o Conde de Sampaio, fidalgos historiadores lisboetas, amigos de Lisboa, dos quais destacarei, pelo seu grande amor à nossa querida Cidade, o Conde de Mafra, de quem, em breves palavras, traçarei o perfil, numa saudável lembrança.

Teve o Conde de Mafra, como o Visconde Júlio de Castilho, e toda a pléiada de fidalgos cultos e de artistas da sua época, a formação clássica e humanista do século XIX, um dos séculos, que, apesar de ver tão injustamente caluniado o seu espírito, deu o maior contingente de valores intelectuais e artísticos depois da Renascença. Foi influenciado, também, pela civilização da Restauração, que formou, segundo Thibaudet, a cultura dos fidalgos europeus da sua época, os «Chevaliers de l'Histoire», de Maurice Bedel.

A formação clássica do Conde de Mafra legou-lhe, como ao Visconde Júlio de Castilho, o culto da amizade, culto tão dilecto aos humanistas do século XVII, e a sua alma requintada e bondosa, cultivou até à morte, esse «Sentimento requintado dos civilizados, como Faguet chamou à amizade.

O Conde de Mafra, cidadão de Lisboa, que êle adorava, que não podia deixar sem sofrer as mais dolorosas saúdades, conhecia de Lisboa todos os palácios e toda a miséria; era o poeta em prosa da Lisboa, de que êle conhecia e descrevia todos os jardins, todas as ruas, os crepúsculos, as manhãs, as tardes, as estações pelas frutas, pelas flores, pelos jogos, em cada estação, das crianças de Lisboa!

Foi o Visconde Júlio de Castilho que, deixando aos seus amigos a herança de dividirem a sua amizade uns pelos outros, e entre si, me legou o seu amor a Lisboa e a sincera amizade dos Condes de Mafra, de Sabugosa, de Vila Flor, da Condessa de Santar, do Dr. Trancoso, da Maria do Carmo Peixoto, de Barcia, enfim, de todos os amigos, que em casa dêle, se reuniam, em volta do Mestre, para entretenimentos de espírito, e palestras, como no século XVIII.

Na lembrança e na evocação de Castilho, presto homenagem aos seus notáveis continuadores e historiadores de Lisboa: Matos Sequeira e Pastor de Ma-

cedo, Perry Vidal, o delicado poeta Sidónio Miguel, Silva Bastos e outros mais amigos da nossa querida Lisboa, que a têm descrito, com tanta arte e carinho.

A Cidade de Lisboa, que o Visconde Júlio de Castilho estudou, descreveu e amou apaixonadamente, glorificou a sua memória, colocando no Miradouro de Santa Luzia o busto em bronze dêsse admirável lisboeta, glória de Portugal, último romântico na mais alta elevação de «Preux Chevalier», precursor, no seu romantismo de Poeta e de Romeiro do Passado, da nova mística desta nova Idade-Média, que toma na tradição a sua fôrça espiritual. Mestre das Letras e do Passado, ensinou-nos o caminho da Terra Prometida do Espírito, do Passado, único bem que nos pertence na Terra, no presente, que pertence a todos, no futuro, que pertence a Deus!

Na despedida de Lisboa, o sol, que acende o Rio, que avermelha os montes e esbraseia horizontes de Além, onde as folhagens dos jardins tremem em fogo e as igrejas brancas se levantam do rubro das chamas, atira beijos de oiro pelo ar, trabalha em oiro jóias, nos vidros das janelas!

Abrem-se no ar cofres de oiro, trabalhados ao calor do grande artista, que assatina as fôlhas e avermelha as nosas! O oiro fulge, rutila, chameja, e o tesouro é nosso, o Sol joalheiro deu a Lisboa, na despedida do poente, colares magníficos de oiro trabalhados, e os cofres ao longe, estão abertos para Ela, trasbordando as riquezas que para ela são!

Instantes longos, como longas são as coisas belas prolongadas pelo sonho na alma dos artistas que as guardam, como guardam delicadezas de sonhos que se repetem na visão das almas, como o eco repete, murmurando, o som das palavras...

Vai-se apagando no poente de Lisboa, a luz da apoteose...

O sol joalheiro levou as jóias para o mar, onde, pouco e pouco, mergulhou a despedir-se...

O cofre fechou-se...

Nos vidros das janelas as jóias, efémeras como as riquezas da Terra, apagaram-se como elas... Acordaram do sonho os pobres e os Artistas...

A noite desceu...

Ouvem-se as primeiras guitarras na Mouraria e na Alfama... acendem-se as luzes das ruas estreitas de Alfama, coração da nossa amiga Lisboa, que palpita de amor, de encanto, e de beleza, na evocação do passado magnífico, triste, doloroso de que ela se lembra quando medita no silêncio da noite, com as ruas estreitas banhadas de luar...

Alfama! nome que lembra moiras encantadas, rixas de fidalgos nas vielas estreitas, em que as espadas faiscavam no escuro da noite, aventuras galantes do Senhor D. João V, romances de amor nos velhos palácios onde as fidalgas gentis vinham à tarde para os terraços sonhar, olhando o Tejo, ouvindo ao longe a melopeia das guitarras, cantar no fado triste o seu triste fado!

Alfama tudo lembra, tudo evoca, épocas que passaram, riquezas que se perderam, misérias que não se acabam...

Nas nesgas do Tejo, que aparecem entre as muralhas velhas da Cidade, podereis evocar as caravelas com a cruz de Cristo, a destacar-se vermelha nas velas brancas, partindo para as conquistas do Oriente, porque as velhas muralhas da Alfama, viram partir as caravelas! Na Rua das Damas evocaremos as Damas da Rainha, que ali moravam, e o roçar das sêdas dos vestidos, nas calçadas, a caminho do Paço!

Da janela baixa de grades partidas, no muro de um quintal, abandonado e triste, evocaremos um romance de amor de D. João V, quando êle, por moite negra, embuçado numa capa, vinha falar a uma linda burguesinha, que à janela lhe aparecia, às escondidas de outro namorado...

Debruçando-nos a um muro de um jardim velho de cisterna e buxos, veremos ainda, uma mesa de pedra, onde o Cardeal D. Henrique, por tardes de verão, vinha merendar, e veremos também o degrau onde subia, para montar a sua mula branca...

Não deixaremos de rezar, no Pátio de D. Fradique, ao Cristo Crucificado, que há tantos séculos a tantas amarguras tem acudido, que tantos segredos tem ouvido, que tantas lágrimas tem visto chorar na sua capelinha aérea como uma ponte de Veneza, onde arde noite e dia uma lâmpada de azeite. Devereis visitar o Palácio do Salvador, onde evocaremos as cadeirinhas perfumadas de almíscar enchendo o pátio da entrada, o «frou-frou», das sêdas das elegantes sécias, toucadas de plumas, a alegria das festas nos salões e nos jardins, cheios de cactos muito velhos, enroscados como serpentes, que ali dormem há séculos, esquisitos e misteriosos!

Nos alegretes de cravos e reseda, aspiraremos todo o perfume do passado, que êle guardou avaramente para sempre! Que um sorriso e uma lembrança nossa, sejam ainda para o retrato do Conde dos Arcos da sala de entrada, tão interessante figura de cavaleiro-fidalgo português, morto naquela tarde trágica da última tourada real, em Salvaterra, em que o sol abrasado do Ribatejo doirava as lezírias sêcas de restôlho, as casas brancas e o seu sangue leal, avermelhando a arena!

Poderemos ainda ver, no Palácio de Santo Estêvão, do terraço de tejo, o Tejo azul, contornando as deliciosas montanhas da Outra Banda, e quando o velho relógio de espelhos da sala de azulejos, — que marcou a hora do Grande Terramoto de Lisboa, e parou na hora trágica, apavorado, como as coisas e as gentes, — der sete horas; quando os sinos ao longe, da Graça, de S. Vicente e da Sé, tocarem as Ave-Marias, e quando, com as primeiras luzes que se acendem, se começarem a ouvir as guitarras, no fado triste, de quem tem triste o fado, então sentiremos bem, na alma da velha Alfama, palpitar o coração sentimental, valente, leal e artista da Nossa Amiga Lisboa, onde nasceram Reis, Sábios, Heróis e Santos, Lisboa de Santo António, o grande Lisboeta Universal!

Lisboa, 1942-1943.

ARQUEOLOGIA
OLISIPONENSE

A inscrição da bica do Andaluz

por J. M. Cordeiro de Sousa

✠ E : M̃ : CĊC : LXX : IIII : O : CON
C E L H O : D A C I D A D E : D E
L I S B Ō A : M Ā D O U : F A Z ' : E S
T A : F Ō T E : A S ' U I Ç O : D ' : D̃ S
E : D ' : N O S O : S E N H ' : R E Y : D Ō : Ā :
P (E R) : G I L : S T E U E E S : T H E S O U R E
Y R O : D A : D I T A : C I D A D : E Ā : S O A
R I Z : E S C R E U A M : D Ō : G R Ā S . (1)

Leitura:

✠ *Era 1374. O con/celho da cidade de / Lisboa mandou fazer es/ta fonte a serviço de Deus / e do nosso senhor Rei Dom Afonso / por Gil Esteves, tesoure/iro da dita cidade, e Afonso Soa/res, escrivão. Deo gratias.*

Suponho que nada mais se sabe àcerca da construção do chafariz do Largo do Andaluz, além do que nos conta a velha inscrição que, há bons seiscentos e seis anos, lhe collocaram, comemorando a obra.

Corria o ano de 1336, quando o Conselho da Cidade encarregou o seu tesoureiro e o seu escrivão, de o mandarem fazer para serviço de Deus e do bravo vencedor do Salado, que é como quem diz: para refrigério dos sedentos caminhantes.

Nem sequer ao sítio se conhece a origem do nome, que, quanto a mim, os autores fantasiam, pondo de parte a mais razoável, e até a mais simples.

(1) *Inscrições portuguesas de Lisboa*, n.º 663.

Diz-nos Veloso de Andrade ⁽²⁾ que a «sua água vem do pôço de uma quinta na rua de S. Sebastião da Pedreira», e que já em 1769 constava de certo documento do Senado da Câmara que de «há muitos anos é própria do público». Essa quinta, conta-nos frei Luiz de Sousa ⁽³⁾, ficava «ao sair de Lisboa, junto ao mosteiro de Santa Marta,... na estrada que corre da cidade para o lugar de Nossa Senhora da Luz», e chegava até o largo onde está o chafariz que «lhe fica servindo de espelho a uma janela, e fazendo o sítio delicioso à sêde e cansaço dos passageiros, como ao cómodo e divertimento dos vizinhos».

O mosteiro, como se sabe, fôra edificado em terrenos de uma quinta que D. Alvaro de Castro legara para um colégio de missionários da Índia, que veio a ser fundado em 1699 ⁽⁴⁾.

Freire de Oliveira cita uma Carta-Régia de 21 de Dezembro de 1513, âcerca do lançamento de um imposto destinado a obras nesta bica ⁽⁵⁾. Depois, pensaram em trazer-lhe a água para o Rossio ⁽⁶⁾, o que parece não ter chegado a efectuar-se. Mais tarde, quando as freiras se acolheram ao convento de Santa Joana, após o terremoto de 1755, já lá encontraram uns tanques e uns canos «antiquísimos» para onde corriam os sobejos da bica.

Esses sobejos, e mais a ténça parte da água, foram, em Abril de 1769, concedidos às madres claristas que muito insistentemente os haviam pedido desde 1766 para os gastos da comunidade, muito embora frei Cláudio da Conceição nos diga que esta bica era uma das nove de água salobra existentes na capital ⁽⁷⁾.

Muita sêde deviam ter as pobres freiras!

⁽²⁾ *Mem. sobre chafarizes, etc.*, nota 26, pág. 131.

⁽³⁾ *Hist. de S. Domingos*, P. IV, L.º I, cap. XXXVII, pág. 234.

⁽⁴⁾ Veloso de Andrade, ob. cit.

⁽⁵⁾ *Elementos para a hist. do Mun. de Lisboa*, P. I, pág. 416.

⁽⁶⁾ Sobre o assunto transcreve Freire de Oliveira, em nota a págs. 417 e 418, do Tómo II dos *Elementos para a história do Município*, as cartas seguintes, dirigidas pelo Rei ao Senado da Câmara:

«Vereadores, Nós el Rey vos êviamos m.º saudar. Vimos a carta q̃ nos escrevestes e as mostras que nos êviastes p.ª a obra da fonte dagoa dandaluzos, q̃ ha de vir ao Rosyo, e pareçonos beê esta q̃ vos tornamos a êviar; e p.ª q̃ nos folgaremos de falar cõ ho ofiçial q̃ ha fez, p.ª avermos melhor informação e mais preça, e asy do q̃ podera custar, fazeo logo ca vir e traga a mesma pintura, e vos êformainos do q̃ vos parecer q̃ a dita obra podera custar, e fazenolo saber. E nos falaremos ca cõ ell, e êtaõ daremos prouisão p.ª a taixa sobre q̃ nos escreuestes». (*L.º I do Provim. da água*, f. 7).

«Vereadores da nosa cidade de Lixboa, nos elRey vos emviamos muito saudar. Por que nos parece tpo p.ª se êtender na obra da augua, q̃ temos ordenado vir dandaluzos ao Rosyo desa cidade, vos mandamos q̃ conuem êtender nisso, e dees ordem como se faça e acabe, pois hy ha ja dr.º p.ª yso; e a Joham fogaça, ê espeçiall, mãdamos q̃ tome disso cuidado, e faça poer maõ na dita obra.

Sp.ª em almeirym, a 23 ds de feu.º andre pirez a fez, de 515. Rey». (*L.º I do Provim. da água*, f. 9).

⁽⁷⁾ *Gabinete Hist.* T. X, pág. 275).



A inscrição é composta com os caracteres monacais, vulgares na época do bravo Afonso, mas que tão estranhos pareceram àquêlê anónimo leitor citado nos *Elementos para a história do Município de Lisboa*, que atribuiu ao modesto can-teiro trecentista a ignorância que a sua prosápia demonstrava (*).

Tem poucas abreviaturas. Na 1.^a linha: E, abreviatura corrente da pala-vra *Era*; na 3.^a linha: FAZ', cuja apóstrofe representa a última sílaba da pala-vra *fazer*; na 4.^a linha S'UIÇO, correspondendo o mesmo sinal às letras *er*, som que mais vulgarmente era representado por um traço cortando a letra pelo seu terço inferior (**); D', por *de*, o que não é trivial, mas se repete na linha seguinte; DS, abreviatura ordinária da palavra *Deus*. Na 5.^a linha há a notar a abrevia-tura SENH', dando à apóstrofe a correspondência da terminação *or*, mas que comumente corresponde a *is, os, us*; e Á, a clássica abreviatura de *Afonso*, que se repete na 7.^a linha. Na 6.^a linha, o *p* cortado que se encontra a cada passo, não só na escrita lapidar, mas em documentos manuscritos até quasi aos nossos dias, por *per* ou *por*.

Finalmente, na 8.^a linha, duas abreviaturas que têm intrigado quantos qui-seram ler a velha inscrição: DÔ GRÁS.

Joaquim José Moreira de Mendonça, que pela «inteligência» que tinha «de letras antigas», como êle próprio declara (**), foi encarregado pelo Senado da Câmara, em 1769, de ir ao Andaluz copiar o letreiro, e que da sua leitura passou petulantemente certidão (**), interpretou êsse grupo de caracteres como *de obras*; e, como êle, o outro leitor anónimo há pouco referido, chegou a idêntica conclusão.

António Joaquim Moreira (**), além de várias incorrecções, e até da inclu-são do nome de um *Diõ* (?) *Afonso*, que não está lá, interpretou as embaraçosas abreviaturas como *do conc.*

Ora, o que lá está é simplesmente DO, que se traduz por *D(e)o*, e GRAS que quere dizer *gr(ati)as*, fecho devoto e vulgar de todo o arrazoado.

Lumiar, no dia de Nossa Senhora da Luz do ano de 1942.

(*) Tómo 17, pág. 248.

Devia ser um desses curiosos tão nossos conhecidos, para quem a dificul-dade confessada da leitura estava principalmente na «imperícia de quem fez abrir o dito letreiro que», diz com ares de pessoa entendida, «devia ser feito todo com letras maiúsculas romanas, com as quais se lêem ao presente, com desembaraço, letreiros de séculos mais antigos e ainda do tempo dos mesmos romanos...»

Que bela ocasião perdeu êste sujeito de estar calado!

(*) J. M. Cordeiro de Sousa, *Apontam. da epigrafia portuguesa*.

(**) Vid. *Elementos*, etc. T. 17, pág. 247, nota 3.

(**) Idem.

(**) *Col. de epitaf. inscr. e letreiros*, Ms. da Acad. Real das Ciências.

O «Galinheiro» de S. Carlos

por António Ribeiro da Silva e Sousa (Sidónio Miguel)

V. Ex.^{as} já deram o desconto às palavras amáveis do Presidente da Mesa, o nosso illustre Secretário Geral, a cuja generosidade me confesso muito grato. A verdade sem mistura é que estou aqui novamente a abusar da paciência de V. Ex.^{as}. E desta vez o abuso é duplo: falo a uma assistência, grande parte da qual não veio cá para me ouvir. Era-lhe anunciada uma palestra de elegante cumho, duma distintíssima Senhora, com um tema interessante de artes plásticas: peçoem V. Ex.^{as} que lhes apareça desastrosamente neste lugar um mazombo representante do sexo feio e como tema da palestra lhes seja dado o recinto ultra-prosaico (não direi o mais baixo, porque é precisamente o mais alto...) duma casa de espectáculos, cuja sociedade mundana não frequentava as varandas e chegava a ignorá-las.

«Galinheiro»... ¿Por que se chama «galinheiro» às varandas dos teatros? Sabe-o porventura algum de V. Ex.^{as}. Eu não o sei nem tive agora ocasião de ir consultar pessoa ou livro, que mo dissesse cabalmente. Por muito tempo supus que fôsse calão nosso. Mas não é, não deve ser. Nós encontramos, por exemplo, num dicionário da língua castelhana, que é o de *Salvá*, edição de 1847, esta definição de «gallinero», além da que lhe é mais própria:

«El paraje donde se juntan muchas mujeres, como la cazuela en los teatros».

«Cazuela» — define-a por sua vez — «el sitio destinado en los teatros de Madrid y otras partes solo para mujeres».

Trata-se portanto de termo importado.

Em francês, as varandas dos teatros chamam-se «Paradis» (Paraíso) ou «Poulaillier», que é o mesmíssimo «galinheiro» da nossa língua.

¿E por que começou a chamar-se «galinheiro» a tal recinto? ¿Por que, vistos da sala, os espectadores das varandas dão, de facto, a impressão de tristes engaiolados ou empoleirados? ¿Por que se quis ligar à idéia de galinha a de cacarejar, de palrar, de falatório de mulherio, visto que lá nos diz o dicionário caste-

(Palestra feita na sede do Grupo «Amigos de Lisboa», na noite de 16 de Abril de 1942).

lhano — muito desamavelmente, perdoem V. Ex.^{sa}, minhas Senhoras, ao dicionarista e a mim, seu citador — «Paraje donde se juntan muchas mujeres?»

Não interessa muito averiguar.

O que digo a V. Ex.^{sa} é que êste «galinheiro» de S. Carlos era, há trinta e cinco para quarenta anos, mais freqüentado por homens que por senhoras. Da platéia não se via. Estava cuidadosamente separado da sala e muito bem tapado de quási tôda ela pelos remates dourados da tribuna real. E, quanto a falatório, apenas se ouviam, nos intervalos, as vozes másculas dos quatro ou cinco «dilettanti», que lá pontificavam nos lugares da frente, numerados de 1 a 4.

Raras senhoras, na verdade, iam ao «galinheiro» de S. Carlos.

Não admira. Sabiam bem que tal recinto lhes não dava a mínima possibilidade de se mostrarem umas às outras. E ir a S. Carlos era mostrar-se... E estou convencido de que, à semelhança do que sucede nas linhas de Sintra ou de Cascais, onde os passageiros da classe marcada exteriormente com os «III» são chamados de modo desdenhoso «gente da terceira», as senhoras dos camarotes e da platéia de S. Carlos tratavam as suas co-espectadoras das varandas pelo designativo descarido e antipático de «gente do galinheiro»... Não, não valia a pena a uma senhora pedir a um pai, a um marido, a um irmão, para a levar às varandas de S. Carlos (naquele tempo não andavam sós e andar com um noivo era andar «só» com o noivo...) e isso para ser metida na conta da «gente do galinheiro», que nem sequer era admitida ao convívio dos freqüentadores do salão de entrada. Se não estou em êrro, a entrada para os bilhetes do «galinheiro» era até pela porta do Largo do Picadeiro. Era, pelo menos, por esta que eu costumava entrar.

Além disso, que, julgam V. Ex.^{sas}, eram o recinto e o número de lugares do «galinheiro» de S. Carlos, no tempo de José Pacini?

Pois era apenas o diminuto espaço dum camarote em largura. Lóbrego, cavernoso, um escadório verticalmente assente sobre a tribuna real. Antes de José Pacini, as varandas ocuparam o espaço de três ou cinco camarotes ou torrinhãs, creio eu. Mas, se o tempo de José Pacini não era então considerado o tempo áureo do teatro sob o ponto de vista artístico, era-o, incontestavelmente, sob o ponto de vista da freqüência. Quem não ia a S. Carlos não era gente. O empresário carecia portanto de todos os cento e vinte camarotes da sala e de mais alguns. E assim foi transformando em torrinhãs os recintos das últimas aberturas laterais das varandas, até ficarem estas cingidas ao camarote único, como disse, com os seus quatro lugares de frente, e esguiado no tal sentido de profundidade lóbrega, encavalando umas tantas filas de cadeiras, que eram, ao todo, quarenta e seis, se não me engano. Mas apenas dos lugares 1, 4, 5 e 8 víamos alguma coisa.

Nos outros lugares éramos, por assim dizer, não espectadores, mas auditores. Isto é, gozávamos já as delícias das cegas transmissões de ópera de hoje em dia, antes da telefonia inventada... ¡Como não havíamos de ser bons e bem educados «dilettanti»! Era-nos favorecido o sentido do ouvido pela privação do da vista...

E conheciam-se já os educados: os efectivos e os adventícios. Algum adven-

tício que queria gabar-se de ter estado em S. Carlos e não podia ir além do preço das varandas que, no tempo de José Pacini, custavam 620 réis ou 680 com a locação, denunciava-se até duma maneira curiosa. Acabava quasi sempre por dormir ali beatificamente. O silêncio, a escuridão, às vezes a própria música, soporífico irresistível dos não-iniciados, convidava ao sono. Eu próprio me recordo de uma vez lhe não haver resistido. Foi durante o parado dueto de Federico e de Ortruda do longo e escuro segundo acto do «Lohengrin»...



Ora eu disse a V. Ex.^{aa} há pouco, a propósito de falatório, que no «galinheiro» de S. Carlos, em tal tempo, apenas se ouviam as masculinas vozes dos quatro «dilettanti», que pontificavam nos lugares de frente, números 1 a 4. Assim era. Tôda a demais gente ouvia e eu aprendia.

Aprendia, porque era o tempo em que nós, os novos, ouvíamos os mais velhos — cousa que não nos fazem os novos de hoje. Um desses mais velhos levava às vezes para ali as partituras das óperas e minuciosamente seguia com os olhos e com o dedo indicador o trabalho dos ouvidos. Havia, e há, quem discordasse da acumulação de tanto trabalho. A execução rigorosa de tôdas as notas da partitura não denota sempre uma interpretação perfeita e artística. Mas não era exibicionismo, era convicção, entusiasmo, e quem o fazia sabia falar muito bem do que ouvia, quando vinham os intervalos de cada acto. E, se eu dava atenção ao que ouvia do palco e da orquestra no decurso da ópera, não menor a dava depois ao comentário que logo se fazia da execução, seguro e fluente. Devo dizer que ficava muito contente comigo próprio, quando a opinião dêles confirmava a minha. Quando assim não acontecia, certamente era minha a deficiência. E procurava aprender melhor.

Nunca soube o nome de tais mestres do meu «dilettantismo». Eles nunca deram por tal discípulo. Um dia o teatro mudou de emprêsa. Mimon Anahory deslumbrou Lisboa com a ópera francesa, com a ópera alemã. A emprêsa arruinou-se. Depois o teatro fechou. Abriu anos mais tarde, mas precariamente, e já sem o brilho antigo, sem o próprio brilho dos tempos de José Pacini.

Nessa última fase, de há pouco mais de vinte anos, frequentei eu, julgando que era rico, outros lugares do teatro, com direito a permanecer nos corredores, no salão, no bufete... Mas devo confessar que com saúdades do «galinheiro», então novamente alargado, onde eu fôra verdadeiro e sincero «dilettante» e onde muito aprendera. Sim, porque a verdade foi que, noutros lugares que depois ocupei em S. Carlos, já nada aprendi. E assim me aconteceu o que se dava com o doutor Bernardino Machado nas carruagens da terceira dos combóios: Dizia êle que, quando viajava na terceira, sempre aprendia alguma cousa — o que já não lhe sucedia, quando viajava na primeira...

No «galinheiro» velho do teatro de S. Carlos, em idade de aprender, eu aprendera, pois, a ouvir e a tomar a sério o que ouvia. Na vizinhança daqueles

homens mais velhos, que sabiam dizer em italiano tôdas as árias, «romanze», «cabalette», de Rossini, de Bellini, de Donizetti, de Verdi, cujos nomes encimavam as portas do vestibulo do teatro, assim entendi um dia que não era «dilettante» quem não soubesse um pouco de italiano. E estudei-o. Atirei-me ao «Italiano sem Mestre», do velho Joaquim Gonçalves Pereira, aqui, da Rua Vitor Cordon, onde eu ia buscar os fascículos a meio tostão cada um, e fiz, em dois meses, todos aquêles temas: «Eu tenho a pena, tu tens o lápis — *Io ho la piuma, tu hai la matita*»... E, como a pronúncia figurada do livro me não satisfazia, passei a vir aqui todos os domingos à missa das onze, ao Loreto, a meio da qual era dado aos fiéis um sermão em italiano... Muito pode quem quere...

Os meus improvisados mestres do «galinheiro» não falavam naturalmente apenas do italiano dos *libretti*. Sabiam encher muito a bôca com os palavrões sonoros de *expressão*, *interpretação*, criticavam musicalmente uma *abertura*, uma *cavatina*, um *concertante*, um *côro*, um *quarteto*, um *recitativo*, uma voz volumosa, delgada, pastosa, mal colocada, etc. e eu resolvi também não ficar assim em tal matéria, no solfejo de Gazul e no arranhar dum violino, que por muitos anos tentei tocar, sem habilidade para isso. Procurei lições de harmonia, de contraponto, de fuga, de formas musicais, etc. com quem não sabia dar-mas, mas um belo dia acabei por alinhar, quási sôzinho, uns tantos acordes consonantes e dissonantes, e por saber um pouco o que era um encadeamento, um movimento directo ou oblíquo, uma *appoggiatura*, um retardo, uma marcha harmónica, um motivo, um contra-motivo, etc.

Para ser maestro? Não. Depressa conheci a insuficiência das minhas faculdades e o serôdio insanável dos meus estudos. Apenas com a lição daqueles meus insuspeitados mestres do «galinheiro» de S. Carlos me habituei assim a entender que, para ser «dilettante», não bastava ouvir e dizer como tôda a gente o que para aí se ouve: — «Gosto muito de música, mas não percebo nada...»

É claro que me estava na massa do sangue o não ficar em meias medidas. Mas a lição de tais mestres teve efeito decisivo, não duvido disso.



Permitam V. Ex.^{as} agora, para não ser ingrato, que eu lhes faça uma pequena digressão, não de assunto, mas de lugar: do «galinheiro» de S. Carlos a outro local da nossa Lisboa, de acção um tanto semelhante, na causa e nos efeitos, que foi para mim, e até com mais freqüência, o que hoje se chama a «geral-reservada» do Coliseu dos Recreios. Nesses mesmos anos do «galinheiro» de S. Carlos de José Pacini eu freqüentava também a geral-reservada (lado direito do palco) do Coliseu de António Santos. Então ainda aquela geral não era reservada. Custava os mesmos dois tostões de tôda ela. Era ganha duma corrida pelas primeiras pessoas que entravam na grande sala e tinham esperado pacientemente a abertura das portas. Apenas no Coliseu eu não era já o mudo discípulo de respeitáveis «dilettanti». Era um palrador emérito com outros rapazolas da minha idade, sôbre

os quais eu ia adquirindo a superioridade de saber qualquer cousa de italiano, de conhecer melhor do que êles um pouco de música e de poder falar de tôdas as óperas que se davam em S. Carlos e o público do Coliseu não conhecia: o *Don Carlos*, de Verdi; a *Manon Lescaut*, de Puccini; o *Mefistofele*, de Boito; o *Lohengrin*, os *Mestres Cantores* e o *Tannhäuser*, de Wagner; a *Adriana Lecouvreur*, de Ciléa; a *Damnation de Faust*, de Berlioz; o *Amor de Perdição*, de João Arroyo... Não tinha impunemente dezóito a vinte anos.

Ah... Mas também ali eu aprendia qualquer cousa. Não da língua italiana, não da arte ou da história da música, mas da vida íntima das companhias líricas.

Era nossa companheira daqueles domingos, que se prolongavam por dois a três meses de temporadas de primavera, num dos primeiros lugares da tal bancada, à direita do palco do Coliseu, uma interessante e espertíssima rapariguita, na idade do crescimento, duma adolescência, que tanto podia dizer treze ou catorze anos como dezasseis e que era filha duma corista da companhia. Nós, os rapazolas, andávamos quási todos a caminho de semi-apaixonados por ela, mas nada dizíamos do caso uns aos outros. Gostávamos de a ouvir na apreciação dos cantores, das coristas, nas notícias das próximas estreias, etc. Era um informador precioso da nossa curiosidade. E uma rapariga admirável num tempo em que as raparigas não falavam com os rapazes.

Depois passaram anos e esqueci totalmente a interessante rapariga. Até que um dia li num jornal da tarde uma entrevista com a estrêla de opereta e de revista Luíza Satanelle, que me despertou a atenção. Dizia ela em tal entrevista que viera para Lisboa em tal data com uma das companhias italianas do Coliseu, de que sua mãe era corista. Num momento aproximei a Luíza Satanelle adulta, mulher totalmente feita, os seus próprios olhos muito grandes, daquela rapariguita espertinha, de grandes olhos também, que connosco tanto falara. Tive e conservo a impressão de que a nossa rapariguinha outra não era senão a que mais tarde V. Ex.^{as} quási todos conheceram nos palcos de Lisboa com o nome de Luíza Satanelle.

Disse a V. Ex.^{as} que fomos todos nós, os rapazolas do meu grupo, a caminho duma paixão pela rapariga espertinha. A nossa paixão afinal era outra: era a certa altura a próprio soprano dramático da Companhia, a faladíssima Rosa de Vila, a mais formidável *Tosca* que passou pelos nossos palcos líricos, a despeito das insuficiências vocais que lhe notaram. A mulher, vinda a Lisboa já nos quarenta anos de idade, causou o suicídio dum dos seus admiradores, o jovem Manuel Cardia, filho da médica D. Amélia Cardia, falecida há poucos anos.

Também tinha o meu fraquinho por ela, julgava eu. Mas não era bem por ela. Sempre fui platónico, sonhador, cultor ingénuo do Eterno Feminino. Era apenas a minha paixão pelas suas criações da *Tosca*, da *Fedora*, da *Santuzza* da *Cavalleria Rusticana*, etc. Certa noite, quando a vi cá fora, alta, gorda, pesada, quási quadrangular, estragada da pele (no palco parecia mais pequena e mais nova) senti quási o desgosto do famoso duque de Gândia, ao ver o rosto apodre-

cido da imperatriz morta: — Não, não mais admirar mulheres de teatro... quasi gritei.

Mas admirei...

Na verdade, passados poucos anos, tive uma admiração semelhante, calculem V. Ex.^{as} por quem: pela actriz do Teatro Nacional, Laura Cruz... Mas realmente ¿pela Laura Cruz, muito mais velha do que eu e que nunca vi afinal perto de mim? Não, a minha paixão, tôda literária, era pela *Emilinha*, dos *Velhos*, e pela *Nazaré*, da *Triste Viúvinha*, em que eu muito gostava de a ver... Não cheguei a ver na *Emilinha* a Rosa Damasceno, com cujo nome enchiam a bôca os mais velhos de então.



Mas... ¿onde estamos nós já, minhas Senhoras e meus Senhores!... ¿Que infinidade de cousas levantadas do pó dos tempos a-propósito e a despropósito do «galinheiro» de S. Carlos, que já nos levaram à geral do Coliseu e ao «galinheiro» do D. Maria, que nesses saüdosos tempos custava sete vinténs-e-meio!

Voltemos portanto ao «galinheiro» de S. Carlos.

¿Que se cantava em S. Carlos nesse tempo?

¿Quem cantava?

Quere parecer-me que nesse tempo S. Carlos teve o melhor período dum repertório ecléctico e significativo, desempenhado pelos melhores cantores de então, embora assim não pensasse sempre a crítica dos jornais.

Sim, porque nesse tempo, as temporadas de S. Carlos ocupavam espaço importante nas colunas dos jornais. Não havia o *foot-ball*, o *cinema*, e a política internacional era um bocadinho menos importante... E assim valia a pena ler, por exemplo, as críticas ou crónicas líricas de Melo Barreto, nas *Novidades*. Melo Barreto, lembram-se V. Ex.^{as}, o futuro embaixador em Madrid, então modesto redactor do jornal de Navarro, aliás de Barbosa Cólen, e que tomava muito a sério as suas funções de crítico de óperas e de cantores. Era, por sinal, grande admirador de Massenet e da música francesa em geral. Puccini, Mascagni, Giordano, Leoncavallo, eram apodados de fracos herdeiros do cetro de Verdi, que êle via nas mãos de Massenet, o aplaudido autor da *Manon*, do *Werther*, da *Thaïs*, etc.

Eu devo confessar que era — e sou ainda — muito verdiano. Contribuía para isso a freqüência à ópera do Coliseu, cujo repertório era quasi todo italiano e de Verdi. Havia ainda as próprias lições dos meus mestres do «galinheiro» de S. Carlos, entre os quais um também profundamente verdiano. Na primeira vez que fui a S. Carlos, ouvi por sinal o *Don Carlo*, de Verdi, que havia muitos anos não se cantava em Lisboa.

Este *Don Carlo*, que nos últimos anos voltei a ouvir pela telefonia italiana, nunca se popularizou em Portugal. Pertenceu ao período, um tanto meyerberiano do Mestre, ao período francês das *Vésperas Sicilianas*, do *Simon Boccanegra*, que antecedeu o grande e italianíssimo triunfo da *Aida*. Mas os meus mestres do «ga-

linheiro» ensinaram-me a ouvir a célebre e soturna romanza de Filipe II, do terceiro ou quarto acto:

Ella giammai m'amò...

Sabem V. Ex.^{as} que êste *Don Carlo* de Verdi tinha por acção teatral a dum *libretto* extraído da tragédia homónima de Schiller, em que o chamado Demónio do Meio Dia nos aparece muito românticamente um criminoso da pior espécie: assassino da terceira mulher, assassino do próprio filho. E recordo-me de que, ao findar do espectacular terceiro acto da ópera, não menos espectacular que o segundo acto da *Aida*, e que devia preceder um *Auto-de-fé*, o mais velho dos meus mestres do «galinheiro» esqueceu o campo musical em que se encontrava, para dizer, enfaticamente, aos amigos:

«— Agora lá vai êle assistir à queima dos desgraçados hereges...»

«Êle» era o pobre baixo De Grazia, trajando negramente de Filipe II...

Houve naquele tempo, com o correspondente eco no nosso «galinheiro», o grande êxito duma ópera de Puccini, que também se não popularizou em Lisboa, porventura pelo confronto que sempre sofreu com a homónima de Massenet. Refiro-me à *Manon Lescaut*.

Eu, como sou fiel às amizades antigas, tenho ainda hoje simpatia muito especial por esta ópera, que chego a preferir à *Bohème*. Prefiro-a à própria *Manon* de Massenet, desculpem a barbaridade. Reconheço, é claro, que a obra de Massenet é mais perfeita, mais francesa, mais rendilhada, etc., mas a de Puccini é para mim mais lírica, sobretudo mais sincera. O próprio Melo Barreto se lhe rendeu então.

Cantava a parte de Manon uma cantora que se chamava Rina Giacchetti. A romanza do segundo acto, *In quelle trine morbide*, confessou Melo Barreto não se ter cansado de a ouvir. E foi cantada três vezes. E salientou outras passagens da encantadora partitura que eram e são: o madrigal, o minuete do segundo acto, todo o terceiro, todo o quarto acto, que ainda hoje me convencem.

Nessa mesma época ouvi pela primeira vez os *Palhaços*, de Leoncavallo. Aprendi então a conveniência de cada obra se ouvir na sua melhor oportunidade. Porquê?

Porque antes dos *Palhaços* eu ouvira no Coliseu a *Zázá*, do mesmo autor, cheia de reminiscências dos *Palhaços*. Mas, como ouvi esta ópera depois da *Zázá*, assim me pareceu que os *Palhaços* continham as reminiscências da *Zázá*.

Os *Palhaços* então foram dados em récita do camaroteiro Parra, com o prólogo do *Mefistofele*, de Boito. Outra simpatia me ficou: a dêste *Mefistofele*, que chego a preferir, desculpem também a barbaridade, ao *Fausto*, de Gounod e à *Damnation de Faust*, de Berlioz, musicadas com idêntico assunto.

É que no «galinheiro» me ajudaram a formar o tal espírito de contradição que V. Ex.^{as} me conhecem. A tal me ajudavam as discussões que eu ali ouvia,

muitas vezes à volta de opiniões assentes dos críticos dos jornais, pelos meus mestres tão discutidas como as próprias óperas e os próprios cantores.

Em matéria musical êsse meu espírito de contradição se me vincou com a reviravolta que a nossa musicologia mostrou depois do encerramento de S. Carlos. Enquanto S. Carlos durou, a nossa musicologia bebia pela fonte italiana. S. Carlos era mais italiano que qualquer dos grandes teatros da Itália. Nas condições do concurso para a sua adjudicação chegava a impor-se a exploração obrigatória da «ópera italiana».

Óperas não italianas apenas vieram a S. Carlos dezenas de anos depois da sua estreia (como aconteceu com as de Wagner) e algumas das de maior tômo nunca se cantaram em Lisboa, como, por exemplo, o *Fidelio*, de Beethoven, quasi todo o Weber, quasi todo o Mozart, quasi todo o Gluck, etc. Pois muito bem, fechado S. Carlos, deixámos de conviver com as fontes italianas de informação, afrancesámo-nos também na música. Êsse afrancesamento — que me perdoem os manes de Melo Barreto — não nos foi mais útil que a italianização. Deu-nos algum Debussy, algum Ravel e pouco mais. O resto tem sido mistificação, a meu ver... Não há dúvida que tínhamos demasiada ópera e esta não nos deixava ouvir a verdadeira música. Mas passámos a ouvir sempre a verdadeira música?... Suspendo o debate.

Quanto aos cantores de S. Carlos no tempo de José Pacini e do seu «galinheiro» de quarenta e seis ouvintes, é claro que os meus respeitáveis «dilettanti» diziam mal de quasi todos e faziam confrontos da Bellincioni, da Darcée, da Carrelli, da Pandolfini, da Kruceniski, da Giacchetti, da Bianchini-Cappelli, da Guerri, da Marchesini, do Viñas, do Krismer, do Caruso, do Bonci, do Garbin, do De Lucia, do Maurel, do Giraltoni, do Menotti, do Titta-Rufo, do Ancona, do De Grazia, do Uetam, já velho, etc., etc., com a Borghi-Mamo, a Teodorini, a Nevada, a De Reszké, a Pasqua, o Masini, o Tamagno, os Andrades, o Cotogni, a Patti, o Gyarre, etc., etc., e quasi sempre em desfavor dos primeiros.

Eram justos? Eram injustos? Uma e outra cousa. Justos, porque realmente o Bel-Canto vem em arrastada decadência há muitos anos para cá. Injustos porque, pelo menos, José Pacini não deixou de trazer, no seu tempo, a S. Carlos o melhor que então havia nos teatros líricos italianos e que, no nosso tempo, não foi substituído com vantagem, diga-se.

Uma cantora notável atravessou os dois períodos de S. Carlos, da empresa Valdez à empresa Pacini. Foi Regina Pacini, irmã do próprio empresário, mais tarde espôsa e recentemente a viúva de Marcelo Alvear, ex-presidente da República Argentina.

Nós então chamávamos Regina Pacini portuguesa... Era e é tão portuguesa como a Patti foi espanhola. O seu pai era italiano, parente, por sinal, do célebre Giovanni Pacini, autor de óperas hoje esquecidas, mas outrora muito cantadas; a sua mãe era espanhola. Regina Pacini era e é porém tão lisboeta como alguns de nós. Nasceu em Lisboa, aqui bem perto, numa casa da Rua do Loreto, com esquina para a Rua da Emenda, e sempre considerou Lisboa a sua terra

natal. Aqui conheceu Marcelo de Alvear, adido à legação Argentina; o seu casamento a afastou da cena lírica em pleno triunfo e em completa posse dos seus excepcionais dotes vocais, que lhe deram o sobrenome invejável de «herdeira da Patti», aqui e lá fora.



Estamos todos muito habituados a ouvir falar do gosto artístico da platéia de S. Carlos. É talvez tudo isso uma deliciosa «blague»... Frequentava-se S. Carlos porque era moda. Aristocracia e burguesia faziam cauda à realeza. Já então se dizia que os verdadeiros «dilettanti», os verdadeiros amadores, estavam no «galinheiro». O público da platéia, dos camarotes, pelava-se sobretudo por anotar enfatuadamente as fífias dos cantores e pateava-os por vezes, sem respeito pela carreira que os recomendava. Chegou a patear a própria Adelina Patti, diz-se.

Eu nunca ouvi uma pateada em S. Carlos. Iam um tanto longe êsses enfatuados tempos, felizmente. Mas cerrava-se o pano de bôca, muitas vezes, sem uma palma.

Fífias colossais não deixei de ouvi-las. Duma vez, o grande barítono Renaud, na romanza da Estrêla, do *Tannhäuser*. Mas foi respeitado. Doutra, uma soprano polaca, cujo nome esqueci, que adoeceu súbitamente, pediu vénia em aviso sôbre o cartaz, e cantou o melhor que pôde a sua parte de Nedda, dos *Palhaços*, numa récita grande, regida pelo próprio Leoncavallo. Respeitaram-na. A propósito de Leoncavallo, direi que era um medíocre regente. «Metronomo» lhe chamou o mais velho dos meus mestres do «galinheiro». Era, de facto, um obeso cavalheiro, que pouco mais fazia que marcar o compasso... E também lá ouvi, sem pateada, apenas com um significativo *sch...* o côro dos peregrinos do *Tannhäuser* inteiramente perdido da battuta do maestro, que era, por sinal o Garibaldi das orquestras, como lhe chamava Wagner, o grande Luigi Mancinelli. Ninguém escapa a momentos infelizes.

O falso gosto de S. Carlos pela arte lírica mostrou-se tristemente pela indiferença, hostilidade, com que ouviu muitas das melhores obras que então lhe foram dadas. Aborreceu-se sempre com os *Mestres Cantores* e com o *Tristão e Isolda*. Chegou a enfadar-se com a *Thaïs*. Da própria música da então jovem escola italiana apenas consagrou as usuais *Bohème*, *Tosca*, *Cavalleria Rusticana*, *Palhaços*, *Butterfly*. Não soube ouvir a elegíaca e inspiradíssima *Wally*, de Catalani. Não tolerou Franchetti. Passou-lhe despercebida a luminosa *Iris*, a autêntica obra-prima de Mascagni. Enjoou-se com a *Sibéria*, de Giordano. Verdade seja que a crítica esteve quasi sempre à mesma altura. O segundo acto da *Sibéria*, que é uma das mais belas cousas do seu tempo, foi chamado, por Júlio Neuparth, arrastado e enfadonho, agarrado a uma canção monótona... Essa canção «monótona» era já a depois celeberrima canção dos barqueiros do Volga, estilizada magistralmente por Giordano nessa sua grande partitura.

Não amesquinhemos portanto o presente, dando ao passado glórias que justamente não mereça. Era afinal S. Carlos em todo êsse tempo e no que o an-

tecedeu, não um templo de arte lírica portuguesa, como lhe chamavam enfaticamente, mas um teatro de arte italiana, posta ao alcance dum público, arrogantemente exigente, mais mundano e galante que outra cousa.

De então para cá verificou-se, por sinal, na nossa Lisboa um fenómeno que quero imparcialmente assinalar e deveras interessante: o da passagem do tal tipo de «dilettante» inútil, enfatuado, ao de verdadeiro amador da música, que procura cultivar-se, que busca ser mais do que ouvinte, mas que tenta êle próprio executar, interpretar, que é o verdadeiro prazer da Arte. Há quarenta anos em Lisboa mal havia músicos para um sexteto. Vejam a caterva de nomes estrangeiros no sector da música profissional e de amadores de Lisboa e também do Pôrto, onde não faltaram tampouco outrora os «leões» do velho S. João. Há pouco mais de trinta anos não havia em Lisboa músicos para uma orquestra. Há vinte anos, para se cantar a *Nona*, de Beethoven, foi preciso mandar vir o Orfeão Domostiarra.

Hoje não. Executam-se por aí satisfatoriamente algumas das grandes obras orquestrais e corais da música.

¿Até que ponto o progresso do nosso meio musical permite a antevisão justa dum meio artístico capaz de assegurar a S. Carlos o seu funcionamento normal?



Aqui permitam V. Ex.^{as} que saia da evocação, porventura fútil, do «galinheiro» de S. Carlos para um ligeiro estudo das possibilidades da abertura do nosso teatro lírico.

De facto, S. Carlos foi restaurado recentemente. É um brinquinho, como V. Ex.^{as} já tiveram ocasião de ver. Mostra-se hoje, sem dúvida, o primeiro teatro lírico da Península. É mesmo um dos melhores da sua categoria, por essa Europa e por essas Américas. Nada tem que invejar, estou certo, aos casarões, modernizados também, do Scala de Milão ou da Ópera de Roma. É ninho feito da arte lírica...

Mas... «ninho feito, pêga morta» — diz o rifão.

Que pêga morta é esta? A arte lírica? Qual? A portuguesa, que é a que nos interessa?

Mas... a arte portuguesa lírica nunca existiu, embora se tenham cantado em S. Carlos e fora de S. Carlos bonitas óperas de autores portugueses.

¿Que vamos então fazer de S. Carlos? ¿E agora então que o velho «galinheiro» está êle próprio substituído por umas varandas, por uns balcões, que tornam o teatro acessível a «dilettanti» menos endinheirados!

Eis aqui o tema duma palestra que merecia título mais sério que o de «*Galinhheiro de S. Carlos*». De facto, há aqui um problema cultural ou artístico que interessa ao país, e até um problema económico que concomitante e mais directamente interessa a Lisboa. E cousas que interessam a Lisboa interessam aos amigos

de Lisboa. O problema é este: S. Carlos tem de reabrir para a realização do fim para que foi construído e agora reconstruído: S. Carlos tem que voltar a ter a sua ópera dois a três meses por ano.

¿Ópera italiana à maneira antiga? ¿Italianos a cantarem-na, portugueses endinheirados, fidalgamente a ouvi-la, muito satisfeitos com que lhes chamem «público exigente»?

Não, não é possível tal regresso a um mesquinho passado. Não devem aplicar-se dinheiros do Estado a tal fim.

Para mim, S. Carlos jamais abrirá com possibilidade de êxito sem o amparo do Estado. O caso estará em estudar a possibilidade da organização dum grupo de artistas portugueses que, com a colaboração natural, indispensável, de artistas estrangeiros, ofereça garantias duma exploração durável e honesta. Honesta também artisticamente, é claro.

¿Há elementos para o tentame? Há e não há.

Há, se quiserem valorizar-se, inclusivamente pela aquisição gradual dum repertório que exceda a meia dúzia das corriqueiras óperas de todos os grupos e grupinhos, com os quais se tenta por aí fazer ópera. Essa aquisição gradual significa portanto muito trabalho, que previamente deve levar-se a cabo, antes de se aparecer em público. E para isso é sobretudo necessário, nos primeiros tempos, o amparo do Estado.

Aqui chegamos a outro aspecto do problema. Aspecto nacional e artístico, que eu já abordei em artigos de jornais e já agora vou lembrar, aqui, em família. É um problema de cultura, sobre o qual talvez interessa a V. Ex.^{as} ouvir o que, de bom ou mau, saíu de ruim cabeça: O problema da ópera em português e da ópera portuguesa. E dou a minha opinião, com respeito, mas sem receio pelas contrárias:

Ópera em português, queiramos aquela que para a língua portuguesa foi ou fôr escrita. Ópera estrangeira cantada em português, não. Cante-se em italiano a italiana, em francês a francesa e possivelmente a alemã em alemão.

Quere isto dizer que me encontro em completo desacôrdo com os que nos prègam a execução das óperas estrangeiras em português e tal execução exigem para o futuro funcionamento de S. Carlos como Teatro Nacional que passou a ser. E alegam-nos que na França cantam as óperas tôdas em francês, na Alemanha em alemão, etc.

De facto, a França e a Alemanha, grandes países musicais, têm o secular orgulho das suas escolas nacionais e cantam nos grandes teatros a sua ópera em língua nacional, à qual trasladam as poucas obras estranhas, julgadas dignas dos seus primeiros tablados. Mas não há nisto qualquer propósito artístico. É tributo que lhes paga o estrangeiro. Porque as obras traduzidas não deixam de lhes chegar assim deturpadas. E por isso alemães e franceses apreciam altamente as embaixadas artísticas que a Itália lhes manda muitas vezes, com as óperas italianas cantadas em italiano. E, reciprocamente, recebe a Itália da Alemanha e da França embaixadas com igual carácter. É na oportunidade dêsse

intercâmbio que tôdas melhor se comprazem em receber a verdadeira versão das obras mütuamente reveladas.

Por quê? Porque, se na literatura o «Traduttore traditore» é regra, mais visível se torna a sua verdade, quando se trata de poemas musicados. Obra traduzida, obra diminuída, obra deturpada, obra atraçoada.

Basta que se pense em que, na ópera ou no drama lírico, a música foi escrita para as palavras articuladas duma língua e não para as de tôdas as outras. No drama musical, quási sempre em verso, com determinado paralelismo de ritmos poético e musical, palavra e música ilustram-se reciprocamente, penetram-se, formam afinal uma só linguagem, um todo indissolúvel de espírito, de símbolo, de concordância, de ritmo, de acento métrico, tónico, patético. A psicologia das línguas não é uma palavra vã. Os exemplos são flagrantes.

Há cêrca de vinte anos ouvi, no Pôrto, uma *Tosca*, em que a protagonista cantava em francês, o barítono em italiano e o tenor em... russo.

Não é difícil convencer V. Ex.^{as} de quanto irritava esta Babel lírica, cúmulo da deturpação da música pucciniana, tão admiravelmente casada com o seu luminoso italiano. A Mireille Berton, que era uma notabilíssima Thais, mal se tolerava na Flórida Tosca com o seu nasalado francês. O tenor Bielina, com o amontoar do seus ditongos complicados, das suas articulações dum russo ininteligível, tornava o pobre Mário Cavaradossi autênticamente digno da tortura e do fuzilamento.

Hoje, qualquer de nós pode ter essa arrelia radiofónica, ouvindo as óperas italianas dos postos alemães ou franceses. E vice-versa. Sabem os amadores de ópera quanto lhes é agradável ouvir no original francês o *Fausto*, a *Carmen* ou o repertório francesíssimo de Massenet. Outro tanto sucede com as óperas de Ricardo Wagner, que tão diferentes se nos tornam do que estamos acostumados a ouvir na Itália, se nos vêm directa e legitimamente da Alemanha.

¿Será a língua portuguesa menos musical que a italiana? Parece-me, de facto, menos musical que a italiana, embora muito mais musical que a francesa, desculpe algum francês que esteja a ouvir-me. Eu aceito como dogma os louvores da nossa bela língua, exaltados pelo velho Rodrigues Lôbo da *Côrte da Aldeia*: «suave para cantar com um sentimento que favorece a música; que tem de tôdas as línguas o melhor: a pronúncia da latina, a origem da grega, a familiaridade da castelhana, a brandura da francesa, a elegância da italiana». Mas por isso mesmo quer música feita para ela. Merece um «melos» dramático, muito seu, que ainda não lhe procuraram. E aqui ligamos ao assunto da ópera portuguesa, que não é a ópera italiana ou francesa passada palavra por palavra à língua portuguesa; que não é a ópera escrita em português, musicada pelos processos italianos, franceses ou alemães.

¿Querem V. Ex.^{as} exemplos de óperas italianas traduzidas para português?

Suponhamos a *Traviata*, que, dizem, vai ser cantada agora no Coliseu, possivelmente em português e mais possivelmente à época (como já lá a vi uma vez, com saias curtas, *paletots* e chapéus de palha). E agora, possivelmente ainda, com algum bailado ou momice à americana... Isto quando, na Itália, há noventa

anos, o *librettista* lhe mudou a acção para o seculo XVIII, para não dar em cena lírica um drama vestido à época...

Pois há na *Traviata* aquêlê plangentíssimo *Addio del passato bei sogni ridenti*, com um *a-d-d-i-o*, bem fraseado em três sílabas e com a duplicação do *d*, como manda a pronúncia italiana, e com a bela eufonia das terminações em *i* dos plurais masculinos italianos. ¿Que dá isto, cantado em português, em palavras, para as quais Verdi não teria escrito o que escreveu para o texto italiano? Dá isto, assim trauteado:

«*Adeus do passado belos sonhos ridentes*»...

isto é, a caricatura dum *Adeus* em duas sílabas para a música aplicada a três sílabas do italiano, de vogais muito mais abertas que as nossas; e umas terminações no nosso *s chiante*, onde há, em italiano as terminações mais eufónicas dos *i*. ¿Não parece isto a V. Ex.ª?

¿Quem não conhece o quarteto da *Bohème*? ¿Quem não admira aquêlê patético *Solì d'inverno, è cosa da morire*?

¿Que dá êle em português? Isto:

«*Sòzinhos de inverno, é caso para morrermos*»...

V. Ex.ª riem, não é verdade? Muito da minha cantoria, eu sei. Mas não ririam menos, ouvindo isto do Tomás de Alcaide ou do Guilherme Kjölner.

¿E aquêlê efficacíssimo dueto da *Cavalleria Rusticana*, ópera cujo nome já é intraduzível, como o da *Traviata* ou o da *Gioconda*? ¿Quem se acostumará a ir ver o *Cavalheirismo de rústicos*, a *Transviada* ou a *Jocunda*?

Pois no tal efficacíssimo dueto, que nos dá o português daquele angustiado *No, no, Turiddu, rimani, rimani ancora*? Dá isto, verdadeiramente ultra-cómico:

«*Não, não, Turiddu, fica, fica, fica ainda...*»

Dirão alguns de V. Ex.ª que estou de má fé, fugindo a uma correcta tradução rítmica dos textos italianos. Mas experimentem e verão que essa tradução, a não ser que fuja muito do texto original, difficilmente pode ser rítmica, bem casada com uma música estranha à própria índole da língua. Teremos então, aliás, não uma tradução do poema da ópera, mas novo poema, mais interpretação que tradução da respectiva música e terrivelmente enfática. Nunca como então seria o caso do *Traduttore traditore*.

E ¿quanto à ópera originalmente em português?

A hora vai adiantada. Deixemos tal assunto para outra oportunidade, se a merecer. V. Ex.ª, afinal, estão vendo que lhe é aplicável tudo quanto eu disse da formação duma linguagem musical portuguesa, que não se limite a lambusar de música as palavras da nossa língua à maneira dos italianos, dos franceses ou

dos alemães, que têm outras línguas, outras culturas e outras psicologias. Há uns cinco anos publiquei uns artigos no *Rádio Semanal* sobre tal matéria, que facilitarei para consulta a algum de V. Ex.^{as} que no caso tenha qualquer interesse.

Minhas Senhoras e meus Senhores:

Voltemos a S. Carlos.

S. Carlos tem, de facto, a tradição de grandes acontecimentos políticos e mundanos. E mundanos até ao picante, ao escandaloso. Tais acontecimentos porém interessavam a platéia, os camarotes, e sabem V. Ex.^{as} que do palco de S. Carlos passou à quasi realza certa cantora, falecida não há muitos anos. E certa bailarina dali safu autêntica duquesa. Isto em tempos que já não eram precisamente os dos casamentos de reis com pastorinhas.

O público do «galinheiro» não se preocupava com tais acontecimentos. Era como hoje ainda o da geral da ópera do Coliseu ou dos Concertos Sinfónicos, melómano convicto, despido de pretensões mundanas e galantes. Amava sinceramente a música, que em todo esse século XIX e no começo do actual, sobretudo entre nós, era apreciada assim em conúbio inseparável da arte dramática.

Tal concepção não é hoje a nossa. E daí a decadência da chamada Arte lírica, que todavia julgo reabilitável para nós, dentro dos princípios que esbocei a V. Ex.^{as}; fôra, pelo menos, de alguns que pretendem por aí impor-se, na obsessão dum mal fundado patriotismo.

A Arte tem modas? Tem e não tem. Tem a sua técnica, que evolui ou se aperfeiçoa, sob o influxo de culturas divensas de tempos e de lugares. Não tem modas o seu espírito, que para mim, já agora direi, está na Poesia, que não chamarei a primeira das artes, porque é o próprio *quid* de todo o fenómeno Arte. Acrescentarei mesmo, com este atrevimento que caracteriza os solitários ou os mal educados fora das escolas, que o que chamamos Artes Plásticas é a Poesia da forma; a Música é a Poesia do som; a Dança a Poesia do movimento; a Poesia, propriamente dita, a Poesia da palavra. Com uma vantagem para a música, de que a centelha artística, do inefável, é ferida apenas o som deixa de ser ruído, ponto é saber feri-la e saber receber-lhe o golpe. Nas Artes Plásticas talvez não. Os edificios, as estátuas, as pinturas, só são obras de Arte, quando transcendem ao nosso olhar vidente a sua aplicação utilitária de templos, residências, retratos ou reproduções de cousas vistas. A própria Poesia verbal só passa a ser Poesia nos lampejos em que transcende a vulgar significação das palavras.

Arte, em Portugal, não pode jamais ser a Arte pela Arte. Daí talvez o afastamento das massas das escolas modernas, sensuais, materialistas, da tal Arte pela Arte, do intelectual, do cerebral. Em Portugal a Arte será sempre sensibilidade, sentimento. Não tenhamos vergonha de ser sentimentais! Antes lamechas que cínicos...

Não teve vergonha dêsse sentimentalismo a série de gerações românticas

que se sucederam em S. Carlos e que não viveram apenas nos camarotes e na platéia, mas também, e muito, nas escondidas cadeiras do seu «galinheiro». E mais arejadamente, em popular contacto, na geral do Coliseu de António Santos, onde nós, os rapazes de então, nos apaixonávamos pela Rosa de Vila, que não era afinal a Rosa de Vila, mas a Tosca, a Mimi, a Aida ou a Santuzza... ;Repararam já V. Ex.^{as} em que tôda a ópera foi a forma de arte, mais cheia, mais inspirada do chamado Eterno Feminino?... Lembrem V. Ex.^{as} a galeria feminina de tôdas essas heroínas, que no século XIX inspiraram, por exemplo, Rossini, Bellini, Donizetti, Verdi, Mercadante, Pacini, Ponchielli, Catalani, Puccini, Mascagni, Giordano, Gounod, Thomas, Bizet, Massenet, Saint-Saens, Wagner, Keil, Augusto Machado, etc., etc. Havia, portanto, em nós, os rapazes dêsse tempo, o culto inextinguível, não apenas da Tosca, da Mimi, da Aida, da Santuzza, mas o que muito vivia na nossa imaginação dos dezóito anos, a ensaiar os seus amores, ainda sem objecto, na cauda do cortejo do Eterno Feminino... Tal me acontecia também com a Laura Cruz dos *Velhos* ou da *Triste Viúvinha*.

Andava eu nos meus dezóito anos ou vinte anos, sim, nesses meus primeiros tempos do «galinheiro» de S. Carlos e da geral do Coliseu, isto é, na Primavera da vida. Hoje, no adiantado Outono que vou percorrendo, não sei o que dirão de mim, depois de morto, se alguém vier a lembrar-me... Vivo já deslocado, ofendido com o meu tempo. E ao Passado me acolho muito... Possivelmente mais deslocado me sentirão as gentes do futuro.

Não importa. Resolvi morrer serôdia, impenitentemente romântico, nesta idade que tem para o homem a melancolia dessa saúde de aspirações, de amores sem objecto; e o culto ainda, afinal, dêsse Eterno Feminino, ao qual não pede todavia mais que o perfume longínquo duma ternura, duma veneração, duma amizade, e lhe oferece a suprema beleza duma renúncia — que não é bem renúncia, é a vitória com a beleza sôbre o tempo e sôbre a velhice, o facho que a nossa mão estende a vindouros, iluminado do mesmo sonho...



E já agora uma derradeira evocação.

Há tempo contei aqui a V. Ex.^{as} que, menino e moço, profetizado como futuro luzeiro da Igreja, andei no Seminário de Santarém. Tive ali, entre outros professores, o Rev. Cónego Francisco Maria Félix, hoje Reitor. Era êle então professor de latim, segundo ano, e admirador apaixonado da Antiguidade Clássica. E ainda cultor dedicado da música. Assim, dia em que falávamos de Tito Lívio, das guerras púnicas, etc., o bom professor perdia a cabeça e enchia-nos os ouvidos com as narrações patéticas da luta de Aníbal e de Cipião o Africano. Também nos falava muito da música e foi dêle que eu ouvi, pela primeira vez, a história do *Requiem* de Mozart.

Ouvia-lhe falar tanto de música que, num dia em que li, no *Correio Nacional*, um largo noticiário da morte e da obra de Giuseppe Verdi (foi isto, por-

tanto, em 1901), a minha ânsia de tudo ver e de tudo saber estendeu-se à de saber também o que era afinal uma ópera em italiano... O «galinheiro» de S. Carlos, a geral do Coliseu, fizeram o resto. E assim nasceu e se criou o meu *dilettantismo*.

Nesta noite, pois, em que tanto falei nos meus desconhecidos mestres do «galinheiro» de S. Carlos, seria uma injustiça, e a maior de tôdas, nada dizer a V. Ex.^{aa} do Mestre, muito meu conhecido, que primeiro me falou da música séria e primeiro me inculuiu êste amor pela antiguidade, germe não perdido do meu amor pela nossa Lisboa Velha, que mais uma vez nos reúne aqui hoje nesta nossa casa de AMIGOS DE LISBOA.

Apenas V. Ex.^{aa}, ao entrarem aqui hoje, tiveram a surpresa desagradável que para mim, nesses tempos, era sempre a do contra-anúncio no cartaz.

Recordo-me de que um contra-anúncio de cartaz representou para mim a perda da oportunidade de ouvir uma vez em S. Carlos, por doença da soprano, uma grande *Cavalleria Rusticana*, a mais notável que ali se deu, depois da da estreia, que também fôra com os criadores da ópera em Roma: a Bellincioni e o Stagno. Os cantores em 1904 ou 1905 eram a Bianchini-Cappelli e o Schiavazzi.

Outro contra-anúncio de cartaz privou-me de ver no antigo D. Amélia a grande actriz e formosíssima mulher que era a Tina di Lorenzo.

No Coliseu um contra-anúncio de cartaz trocou-me uma vez a *Favorita* pelo *Trovador*.

Então ganhei na troca. A meio-soprano, a cigana, que depois fêz uma estupenda *Carmen*, chamava-se Maria Classens. Era flamenga e fêz também o seu furor na rapaziada. Era ver então no Coliseu uma despedida das companhias líricas. Juncava-se o palco de flores. Chegávamos a trepar para o palco.

E, na noite da sua despedida de Lisboa, Maria Classens deu-me, muito risinhosamente, um ramo de flores, dos muitos que sôbre ela choviam. Vi então que ela, que na cigana do *Trovador* me aparecia de tez bronzada e na *Carmen* provocadoramente ornada duma bela cabeleira preta, era afinal ruiva de cabelo e um nadinha sardenta...

Mas não deixei de guardar por muito tempo entre os meus livros o ramo que ela me deu, cada dia mais mirradinho e mais sêco...

E... ponto final em tanta cousa que estou para aqui a contar tagarelamente a V. Ex.^{aa} e que nunca contei à família...

Tenho dito.

OCIDENTE

REVISTA
PORTUGUESA

Director e Editor Alvaro Pinto

R. do Salitre, 155-1.º
Lisboa - Portugal

Assinatura: Ano com direito aos numeros especiais

Portugal	115\$00
Colónias portuguesas	125\$00
Brasil	120\$000
Estrangeiro, £ 1 - 8 - 0 ou 7 dollars	

Reflexões sôbre a origem do Fado

por Amaro d'Almeida

Muito se tem dito e escrito sôbre a origem desta canção lisboeta, divergindo e embrulhando-se as opiniões, sem que até hoje tenha havido uma versão sólida às mais diversas conjecturas.

Neste ensaio limito-me à exposição das principais versões e à sua crítica, registando por fim a minha impressão pessoal, que concilia diversos pontos de vista existentes, num único e talvez o mais lógico.



A origem marítima do Fado é convicção de muitos, que se rodeiam dum número maior ou menor de argumentos, embora alguns só de simples probabilidade.

Luiz A. Palmeirim crê, pelas nossas tradições marítimas, que *«a poesia popular não podia deixar de se inspirar das cenas tocantes de que o mar é, não poucas vezes, testemunha»*.

E Oliveira Martins, na sua *História de Portugal*, apresenta a mesma idéia, na dúvida se *«as toadas plangentes que ao som da guitarra se ouvem por tôda a costa do ocidente, — essas cantigas monótonas como o ruído do mar, tristes como a vida dos nautas, desferidas à noite sôbre o Mondego, sôbre o Tejo e sôbre o Sado — traduzirão lembranças inconscientes de alguma antiga raça, que, demorando-se na nossa costa, pusesse em nós as vagas esperanças de um futuro mundo a descobrir, de perdidas terras a conquistar»*.

Rocha Martins (1), sujeito à sua inspiração, também diz que *«Essa canção melancólica deve ter nascido no mar, entre marujos, nautas, gente afeita aos riscos, entregue à fatalidade...»*

Na mesma doutrina comunga Pinto de Carvalho (2), que diz: *«O homem do mar é eminentemente imaginativo e contemplativo. A sua vida precária, tôda repassada de ideologismo e de saúde, torna-o idealista, inocular-lhe o vírus rábico da poesia. O seu espírito perde-se nos êxtases do Sonho e na embriaguez do Além. Todo o marinheiro verseja: e alguns dos nossos poetas capitais embarca-*

(1) *Diário de Notícias*, apud *Guitarra de Portugal* (324-325).

(2) *História do Fado*.

ram ou usaram a farda de botão de âncora: Camões e Belchior, Bressane e Garção, Bocage e D. Gastão.

«A facilidade de improvisação dos marítimos faz com que as canções abundem a bordo, desde a cantiga ao desafio... e desde a característica cantiga das fainas... até ao doce fado...»

E também (¹):

«Para nós, o fado tem uma origem marítima, origem que se vislumbra no seu ritmo onduloso como os movimentos cadenciados da vaga...»

António Arroio (²), a-pesar-de combater essa idéia, não deixa também de referir que há quem pense que a «saúde do marinheiro à prova das caravelas, vogando para as terras da conquista, num sonho aventuroso de alma celta», é o Fado.

Fazendo a análise fria de tudo isto, reconheceremos, em primeiro lugar, o carácter gratuito das afirmações.

Palavras mais ou menos bem soantes, períodos duma harmonia poética, mas que por si só nada explicam.

Depois teríamos de fazer recuar cinco séculos o aparecimento do Fado; de contrário não se compreenderia que as tais «cenas tocantes do mar, a tristeza da vida dos nautas» ou «a saúde do marinheiro à proa das caravelas», só produzissem efeito em mil e oitocentos e tal, não obstante existir mar desde os mais recuados tempos e navegadores a partir, pelo menos, do século XIV.

Fica, além disso, sem resposta esta pergunta:

¿Por que é que outros países que possuem mar, como nós, e navegadores também, não têm o Fado?

Ainda outra pergunta:

¿Por que é que, sendo Portugal envolvido por mar de norte a sul, apenas Lisboa sofreu a influência do «movimento cadenciado da vaga»?

E ainda:

Estando Alfama junto dum pôrto de mar e a Mouraria não, ¿por que é que êste bairro é de bem mais notáveis tradições fadistas do que Alfama?

Naturalmente, sem respostas satisfatórias, porêmos de parte esta etiologia, para nos embrenharmos noutra tão cheia de contradições como esta:

O Fado é de origem árabe.

Gastão d'Aboim (³) faz, a êste respeito, afirmações muito arrojadas, sem que as demonstre, a-pesar-disso:

«Tratando-se, porém, como se trata, de uma canção rática, não repugna admitir (é uma conclusão, aliás, das mais aceitáveis) que é êle uma melodia de

(¹) Pinto de Carvalho, *ob. cit.*

(²) *O Canto Coral e a sua função social.*

(³) *Canção do Sul*, 266, 267 e 268.

sempre e de todos os tempos, formando parte integrante da nacionalidade, e com ela, pois, tendo nascido.

«...tudo leva a crer que, se lhe procurarem e esquadriharem bem as fontes de origem, é no árabe, talvez, que virão a achá-las, pela dolência, ternura e fatalismo do ritmo apaixonado e ardoroso.»

Nesta mesma ordem de idéias, o autor em referência imagina os bravos soldados de D. Nuno, em Aljubarrota, a dedilharem, nas horas vagas, um Fado na guitarra e os intrépidos marinheiros do Gama a deliciarem-se com a dolente canção, a caminho do Oriente...

Teófilo Braga também o julga derivado de alguma melodia do tempo em que os árabes dominaram a Península.

Ernesto Vieira, no seu *Dicionário Musical*, não deixa de fazer referência a essa origem, embora combatendo-a.

Apontam, êste autor e outros, múltiplas razões, só por si mais que suficientes para a pormos de parte.

É evidente que, havendo os árabes dominado a maior parte da Península Ibérica (Califado de Córdova, 756-1031), o Fado deveria ter existido também em Espanha, naturalmente tão sujeita às mesmas *tristes melopeias* como nós.

Além disso, uma parte do sul da Espanha tinha mais razões do que nós para ter Fado, visto só muito mais tarde (século XV) haver sido abandonada pelos mouros.

Tendo sido também o Algarve a última porção árabe de Portugal, era lógico que nesta província o Fado dominasse, o que não se dá. Ele expandiu-se a partir de Lisboa, de início foco único.

Mas há um argumento ainda mais irrefutável: não se terem encontrado, até hoje, documentos que dêem conta da existência dessa canção antes do século XIX.

Interessante, sob numerosos pontos de vista, é a interpretação dada pelo Prof. Gonçalo Sampaio quanto ao aparecimento do Fado, acêrca do que faz o estudo comparativo dêste com alguns dos cantos de S. João, cantados de Norte a Sul, mostrando existir na realidade, entre êles, uma afinidade indiscutível.

Crê que se tenha dado a transformação dos segundos no primeiro, pelos escravos pretos tornados livres em 1761, que faziam de Alfama viveiro, roubando e vândiando à mistura com as trongas da triste vida.

É sobremaneira interessante esta tese, fugindo por completo ao trilho dos outros investigadores e apresentando argumentos bem dignos de serem pesados.

Contudo, é necessário recuar oitenta anos o aparecimento do Fado e não temos documentos que nos autorizem a isso, além de que essa tese não é tão invulnerável como à primeira vista poderá parecer. O Dr. Ribeiro Fortes, num trabalho posterior, acusa a semelhança dos cânticos com o Fado, de pura coincidência.

De tôdas as teorias a que mais bem documentada se apresenta é, sem dúvida, a que faz derivar o Fado do lundum brasileiro.

Referem-se a isso Ernesto Vieira, António Arroio, Júlio César Machado, Osório de Oliveira, etc., que se fazem rodear dum número maior ou menor de dados bibliográficos.

São bastante elucidativos os trabalhos de Mário de Andrade, Sousa Pinto, Manuel António de Almeida e Falmeno, que não nos deixam dúvida de que, no início do século XIX, no Brasil se dançava uma espécie de batuque a que chamavam «Faddo».

Felisberto I. J. Cordeiro (Falmeno) que partira de Portugal em 1811, fala, numa obra sua, publicada em 1827, dessa dança, dando-a como indígena do Brasil.

Ora, tendo este poeta nascido em Lisboa em 1774 e cá vivido sempre até àquela altura, é incontestável que, se conhecesse o Fado, não se referiria a êle como brasileiro.

Há, no entanto, numerosas observações a fazer a este ponto de vista.

Em primeiro lugar, faz-nos cismar por que motivo o Brasil não tem hoje o Fado (só há relativamente pouco tempo se canta o Fado no Brasil, levado para lá pelos seus cultivadores portugueses).

Se nós o tivéssemos importado de lá, era natural que no ponto de origem o houvesse e até mais puro.

Em segundo lugar, ninguém nos diz se aquela canção a que nós portugueses demos o nome de Fado, tinha alguma coisa que ver com o tal batuque afro-americano ou se utilizámos apenas o nome, que, ao que parece, as brasileiras estavam em moda.

Além disso, é para levar em conta que Lamberttini, consciente e capacíssimo musicógrafo, em trabalho publicado em 1920, declara mais que duvidosa esta origem, sendo de opinião, com Alberto Pimentel, que o Fado nasceu em Lisboa «...nas ruas tortuosas e infectas da capital portuguesa...»

Guardei propositadamente para o fim, a mais intrépida versão sobre este assunto, que é a do escritor contemporâneo Mário Saa (1).

Faz recuar o Fado ao tempo de Cristo e diz que Estrabão descreve detalhadamente uma dança lusitana, que era o «Fãdango» ou «Bater do Fado». Tanto em Portugal como na Andaluzia se cantavam então, Fados e «Fãdanguilhos».

É sobretudo desorientadora esta nova concepção para quem acaba de assistir à argumentação de todas as outras versões apresentadas.

À falta de alguns dados de apoio, teremos naturalmente de julgar disparatadas tais asserções.

Parece-me, no entanto, que o defeito de todos é julgarem que o Fado nasceu feito, tal qual como o era na altura em que a história o começa a registar, sem se lembrarem que antes disso devia ter passado por uma fase de preparação e que,

(1) *Guitarra de Portugal* (31. Jan. 1937).

mediante vários factores, evoluiu para uma configuração definida, que lhe mereceu baptismo.

Presente este conceito, podemos talvez conciliar muitas das opiniões apresentadas, resultando daí uma nova interpretação, que tem sobre as outras a vantagem de aproveitar o que nelas há de verdadeiro, não resultando, pelo menos à primeira vista, os contra-sensos que aparecem tomando cada uma em separado.

Ora, parece que já os povos mais remotos da Península eram de carácter melancólico e sonhador, como nós hoje o somos.

Os celtas, a que se fez referência, os árabes mais tarde, bem entendido que não nos legaram directamente a canção. O que deve haver, na realidade, é um cunho melancólico e dolente nas suas canções.

E nós, portugueses, por atavismo ou situação geográfica, somos de carácter triste, sonhador e fatalista, o que as nossas canções igualmente haviam de reflectir.

Pelo século XIV os portugueses fizeram-se ao mar e, em sonhos de aventuras e de saúde, o espírito do marinheiro, embalado no soluçar soturno das vagas, cria as suas canções de ritmo queixoso e dolente. É a Canção do Marinheiro, a do Degredado e o Levantar Ferro, que acompanham de velhos anos a alma lusíada através dos mares.

Impõe-se como inegável a monotonia das nossas canções, e tanto assim que já quarenta anos antes do Fado se cantar em Portugal, Link — escritor alemão que viajou toda a Europa e esteve entre nós de 1797 a 1799 — dizia (1):

«O canto monótono, gritado e arrastado dos homens, começa já na Gasconha; é desagradável na Espanha e em Portugal.»

...As canções do povo português são lamentosas, falam quasi sempre da dor do amor, são raramente lascivas e pouco satíricas.»

Cabe, pois, dar possibilidades a parte da interessante teoria do Prof. Gonçalo Sampaio. Muitos dos cânticos do nosso folclore, pela mesma tendência mórbida de arrastar, que o povo já tinha, derivaram facilmente, alterando a nota radical, noutros tantos gemidos melancólicos, tradução mais fiel do seu modo de ser.

Em 1821 chegou do Brasil, em avalanche, toda a corte portuguesa, que para lá se deslocara às primeiras investidas de Junot.

Acompanhavam-na criados, bolieiros, ciganos, escritores, enfim, todos aquêles a quem a idéia do domínio napoleónico pesava, que ascendiam a centenas.

Como é natural, traziam consigo usos e costumes, que não tardaram a exhibir, entre elles uma dança em voga, de requebros dengosos, o «Faddo».

Esta dança adapta-se às tristes canções já cultivadas nas infectas esplanadas da Mouraria e Alfama, covis de viciosos degenerados, de dor e perversão.

Resumiremos, pois, em duas palavras o que resulta da conciliação das várias hipóteses:

O Fado não é árabe, mas nós, por atavismo, é que somos de carácter melan-

(1) *Voyage en Portugal.*

cólico e fatalista, como êste povo, de que resulta termos canções tristes como deviam ter sido as melopeias árabes.

O Fado não veio do mar, mas o espírito do marinheiro, particularmente atingido pela aventura e pela saúde, criou canções lamentosas e cheias de monotonia, precursoras do verdadeiro Fado. Comprovam, no fim do século XVIII, os viajantes estrangeiros, o lamentar do nosso povo nas canções.

Não admira, assim, que muitas músicas do nosso folclore (os cantos de S. João, os mais conhecidos), sofressem uma adaptação a êste particular modo de sentir.

Em 1821 volta do Brasil a côrte portuguesa. Portugal sofre então a influência de múltiplas brasileiras, entre elas a duma dança em voga, o «Faddo».

Enxerta-se essa dança nas dolentes canções do povo lisboeta, em particular no das desditosas castas dos bairros velhos da capital.

O resultante toma o mesmo nome:

É o Fado.

Miguel A. Fraga, L.^{da} R. da Palma, 26-28 — LISBOA

OURIVESARIA, RELOJOARIA E JOALHARIA

Grande sortido em **MONOGRAMAS** em ouro e prata
para carteiras

Há sempre jóias em 2.^a mão

Tudo mais barato

OURO só pêlo peso

Compra-se Ouro, Prata
e Brilhantes

Descontos especiais a todos os
«Amigos de Lisboa»

Especialidade em Anéis, Medalhas,
Alfinetes, etc, com retratos esmalta-
dos em todos os formatos

PÉROLA DO ROCIO, LDA.

ENVIO DE ENCOMENDAS

Para todo o País e Estrangeiro

Casa especializada em Chá,
Café, Bolachas, Bombons,
e Chocolates

Rocio, 105-Lisboa

Telefone 20744

O Convento de S. Pedro de Alcântara

por Pedro da Cunha Santos

Por mandato do ilustre Secretário Geral dos «Amigos de Lisboa» vou acompanhar V. Ex.^{aa} para lhes servir de simples guia, o que, decerto, vão lastimar por não ter sido escolhido outro consócio mais categorizado, mais sabedor e mais experiente no dizer.

Desculpem V. Ex.^{aa}, portanto, a míngua de frases, que não sei architectar, sequer, para uma simples palestra. Irei, somente, ditar alguns apontamentos de há muitos anos colhidos, com breves elucidações que, julgo, poderão encaminhar esta visita.

É sabido que Fr. João Bernardone fundou em Itália, Assis, uma ordem de frades mendicantes para expansão das obras de caridade evangélica, que denominou de «Irmãos Menores».

Alastraram-se por tóda a Cristandade.

O seu instituidor fundou mais tarde, 1221, as «Ordens Terceiras» para, ao lado dos irmãos professos e como seus auxiliares, poderem ser admitidos os seculares ou simples eclesiásticos que, sem fazerem votos sagrados e sem perda dos seus officios ou bens, quisessem obedecer às regras da comunidade, praticando os misteres de devoção e de caridade cristã.

São estes os «Irmãos Terceiros».

Em Portugal, ainda existem estas Ordens, que muitos serviços prestam aos enfermos e desválidos.

De entre os muitos conventos estabelecidos no nosso país, destacou-se o de Nossa Senhora da Arrábida, casa-mãe dêste em que nos encontramos, obedecendo à Ordem do Seráfico Fr. Bernardone, depois S. Francisco de Assis.

O convento foi fundado no ano de 1670 para cumprimento de um voto feito na Batalha de Montes-Claros que se feriu a 17 de Junho de 1665, última da Guerra da Independência ou da Restauração, por um fidalgo, o comandante do Exército

(Palestra proferida na visita dos «Amigos de Lisboa» ao edificio do antigo Convento de S. Pedro de Alcântara, em 14 de Fevereiro último).

Português, D. António Luiz de Meneses, Primeiro Marquês de Marialva e Conde de Cantanhede.

Teve o seu início, em 1670, em umas casas abaixo da Ermida de Nossa Senhora do Alecrim, com serventia para a Rua das Flores, e nelas habitaram os primeiros frades arrábidos.

Mais tarde, o seu fundador por compras que fêz de uns terrenos junto ao Moinho de Vento pertencentes ao Conde de Avintes e Marcos Tinoco e de outros cedidos pelo Município, deu princípio à construção da Igreja e mosteiro em 1680, concluídos em 1685, também com a ajuda de outros devotos. Para êste novo edificio se transferiu o convento que deu o nome ao local: S. Pedro de Alcântara, seu Patrono.

A sua fundação foi, pois, devida ao voto de um «Imão Terceiro».

Depois dêste relancear sôbre um escasso apontamento do que, certamente, já V. Ex.^{as} conheciam, tentarei enumerar o que vão ver:

É pequeno e modesto como convinha a uma ordem mendicante que, no entretanto, algumas preciosidades artísticas e religiosas encerra, situado num dos altos da cidade, disfrutando um panorama sempre belo, miradouro obrigatório do turista nacional ou estrangeiro, em flagrante contraste ao que se enxerga nos par-dacentos alicerces e inestético casario na ascensão pela chamada Calçada da Glória!...

O edificio, como de resto todos os de Lisboa, muito sofreu com o terramoto, sendo, contudo, restaurado entre 1783 e 1788.

A frente, voltada a Sueste, olhando a Alameda, ostenta um portal com cancelos de ferro que V. Ex.^{as} transpuseram, visando um lindo painel de azulejo, representando S. Francisco, e se desdobra lateralmente em escadaria de pedra murada de azulejo, para o terraço que serve de ádito à Igreja e à antiga portaria do convento e actual recolhimento.

A entrada desta sala deveriam ter notado em nicho, à esquerda, devidamente resguardado, um grupo de 11 frades, que deveriam ser 12 na primitiva, assistindo ao Trânsito de S. Francisco.

Iremos começar a nossa visita pela Igreja, onde se reza missa todos os domingos.

É pequena, alegre, bonita, com painéis azulejados e certa riqueza em belezas artísticas, obedecendo o seu delineamento aos rigores da Ordem, com os confissionários embebidos nas paredes laterais, sem qualquer contacto com o exterior.

O teto foi decorado por Pierre Bordes em 1878. Era um hábil artista em obras de género decorativo, nas quais sobressaem as da Igreja da Memória, em Belém, e as da escadaria da Câmara Municipal.

No altar-mor a Imagem de S. Pedro de Alcântara, de modelar escultura e aos lados do retábulo, as imagens de S. Francisco de Assis e de S. Domingos.

Nas duas capelas adjacentes as imagens de S. António e de S. José, e nas paredes laterais duas outras: a do Santíssimo e a de Nossa Senhora.

Alguns notáveis quadros que necessitam de reparações urgentes, ornamentam a Igreja, e são:

«A Virgem em Glória» — de autor desconhecido;

«A Santíssima Trindade coroando a Virgem» — de António Quillard, discípulo de Wateau, contratado por D. João V para a decoração dos côches de gala;

«S. João prègando no Deserto» — o Santo pintado por Pedro Alexandrino, êste quadro encontra-se em miserável estado;

«Santo António recebendo o Menino Jesus» — atribuído a Joaquim Manuel da Rocha, discípulo de André Gonçalves; atribui-se-lhe, também, a pintura dos quadros do altar-mor.

«S. Pedro de Alcântara em Glória» — atribuído a Cirilo Walkmar Machado, muito repintado, e outro mais pequeno que o completa (no Camarim);

Um grande quadro no côro atribuído a um dos Sampaços, que foram discípulos de Pedro Alexandrino.

13 quadros pequenos alusivos à vida de S. Pedro de Alcântara; também no côro.

Além dêstes quadros, pertenciam a êste convento, 2 outros representando S. Francisco de Assis e S. Pedro de Alcântara e 11 retratos de ilustres prelados da Ordem, os quais, por estarem dispersos em corredores e tribunas da Igreja de S. Roque, se encontram, actualmente, em exposição num anexo do Museu.

Foi êste anexo aberto ao público em 15 de Agosto de 1942, dia da Assunção de Nossa Senhora ou da Visitação, Orago da Misericórdia, que organizei quando conservador do Museu e da Igreja de S. Roque, para guarda e exposição de alguns documentos escondidos nos arquivos e casas fortes, respeitantes à Misericórdia de Lisboa e à Companhia de Jesus e, bem assim, de alfaias de prata, nas quais se inclui uma banquetta completa com castiçais, palmares, sacras e uma cruz com a Imagem de Cristo em marfim, verdadeira maravilha artística e de primores anatómicos da maior admiração, validada por ilustres artistas, como o professor Armando de Lucena e distintos médicos.

Conquanto a sua exposição neste anexo muito sofra pela simples adaptação de um corredor, julgo de interêsse a sua visita.

Continuemos.

Acolheram-se neste convento, para sua última jazida, ilustres portugueses, como nos demonstram as sepulturas da Igreja.

Não receiem, porém, minhas senhoras, esta alusão àquêles que de há muito descansam na Paz Eterna, junto do Criador, e que a sua passagem pela Terra fôsse assinalada na pedra bruta, que cobre a sepultura dos seus corpos materiais, para lembrança e veneração dos vindouros.

Na cripta do altar-mor jaz, além do fundador, que, como disse, foi o comandante das tropas portuguesas na Guerra da Restauração, o ilustre Primeiro Marquês de Marialva, um seu descendente, D. Pedro José Joaquim Vito de Meneses Coutinho, nascido a 5 de Junho de 1774 e falecido em Paris a 22 de Novembro de 1823, Terceiro Marquês do mesmo título e Conde de Cantanhêde. Pertenceu ao

Conselho de S. Majestade do Reino Unido de Portugal e do Brasil e dos Algarves, Director Geral do Arquivo Militar e Embaixador junto de S. Majestade Cristianíssima, como consta da inscrição lavrada em chapa de cobre, encontrada junto do caixão, em 16 de Novembro de 1941, quando se procedeu a limpeza nesta Igreja.

A meio da nave vereis um epitáfio em alto relêvo, com brasão de armas e chapéu cardinalício, de D. Tomás de Almeida, principal Decano da Igreja Patriarcal, mandado lavar por seu sobrinho D. Dinis de Almeida Soares Portugal e Mascarenhas, segundo Marquês de Lavradio.

Junto ao altar de Nossa Senhora foi sepultado D. Pedro de Almeida e Lencastre, Alcaide-mor da Vila da Figueira.

Junto ao guarda-vento existe outra sepultura, com epitáfio ilegível, de D. Veríssimo de Lencastre, nascido em 1615 e falecido em 1692. Foi Inquisidor Geral, Cardeal em 1686 e do Conselho de El-Rei D. Pedro II.

Por sua determinação, seu irmão D. Frei José, fêz erigir uma capela no adro, que é a que vereis à entrada da Galilé e conhecida por «Capela dos Lencastres».

É toda revestida de ricos e admiráveis mármore e mosaicos florentinos, com o brasão de armas e chapéu cardinalício sobre a porta.

Foi dedicada aos Santos Mártires Portugueses: Veríssimo, Máxima e Júlia.

Desde 18 de Setembro de 1768 repousa aqui Manuel da Maia, o célebre engenheiro-mor do Reino que levantou a planta da Cidade e serviu nas obras do Aqueduto das Águas-Livres. Foi mestre de El-Rei D. José e dos Príncipes D. Pedro e D. Carlos, cronista da casa de Bragança e guarda-mor da Torre do Tombo.

Em 29 de Novembro de 1830 sepultou-se o tenente-general José António da Rosa, que em 1809, então brigadeiro, foi encarregado da organização do exército português quando da segunda invasão francesa, sendo mais tarde professor da Academia de Fortificação e inspector dos Arsenais Reais.

Encontram-se, pois, sepultados neste convento, alguns insignes filhos de Lisboa, que pelo seu valor e acrisolado patriotismo muito honraram Portugal.

Não será, assim, descabida a visita do nosso Grupo.

Passemos à Sacristia.

Possui belos arcazes com preciosos embutidos e armários no mesmo género, azulejos dignos de atenção reproduzindo duas parábolas da Vida de Cristo: a «Samaritana» e a «Pesca Milagrosa», e oito quadros emoldurados.

Iremos depois ao andar superior, onde se encontra instalado o Recolhimento das Orfãs, pertencente à Misericórdia de Lisboa, interior do convento, que se conservava oculto aos olhos profanos das multidões que acorriam às matinas e solenidades da sua Igreja.

Não vou repetir o que já sabeis da obra mais de quatro vezes secular, criada em 1498 pela excelsa Princesa D. Leonor de Lencastre, sob a inspiração de um frade trinitário, Miguel Contreiras, que tão profundas raízes espalhou por todo o Império, d'Aquém e d'Além-Mar e perdura, ainda, nos vastos Estados do Brasil: a Misericórdia.

Não julgo, igualmente, oportuno falar-vos dos muitos recolhimentos fundados por D. Brites, D. Catarina e D. João II, nem das Casas das Penitentes e das Convertidas da Companhia de Jesus.

Da notável alocação do falecido Provedor, Dr. Tomás de Carvalho, proferida na distribuição de prémios às educandas, em 1 de Setembro de 1895, tentarei extractar a história da fundação dêste recolhimento.

D. Antónia de Castro, falecida em 26 de Setembro de 1587, dispunha, em testamento, que do remanescente da herança, a Misericórdia instalasse nas suas casas, à Sé, um «Sprital» para peregrinos e estrangeiros pobres.

Abundavam na cidade muitos hospícios semelhantes, pelo que os mesários resolveram solicitar de Roma a comutação do legado, que foi alcançada por Bula Apostólica do Papa Clemente VIII, na qual se referia às muitas donzelas pobres, orfãs e outras mulheres que, quasi desamparadas de todo o remédio da vida, passavam detrimento e fome.

Obtida a comutação, o Provedor e Irmãos resolveram fundar uma casa para seu gasalhado e recolhimento, a qual teve início em 1594 nas casas que pertenciam à testadora, por detrás da Igreja de Santo António da Sé.

Este recolhimento passou depois para a antiga sede da Misericórdia pela ruína daquelas casas.

Foi esta a origem do recolhimento.

Muitos outros legados vieram reforçar e ampliar os seus rendimentos que sustentava no início apenas 12 orfãs, depois 18, elevando-se a 40 devido ao legado de 192 contos de Manuel Rodrigues da Costa, que jaz em capela sua na Igreja de S. Roque, falecido a 18 de Março de 1684, o qual em seu testamento determinava a fundação de um recolhimento para orfãs. A Mesa resolveu que se reunissem os dois: o de D. Antónia de Castro e o dêste Benemérito.

Do primitivo recolhimento, já o Compromisso de 1618, no Capítulo XX, que trata do «Govêrno e Officiais da Casa do Recolhimento das Donzelas», dispunha que seriam 13 as donzelas, enquanto não crescessem os rendimentos.

Eram admitidas com mais de 12 anos e menos de 20, durante 4 anos, sendo contempladas à saída com uma promessa de dote para casamento no valor de 100\$000 réis.

Quando foram reedificadas as casas de D. Antónia de Castro, para lá voltaram as órfãs, onde permaneceram até 1755. Andaram depois por diversas casas: à Bica do Sapato, Belém, Destêrro, Anjos, S. André e, por fim, no edificio de S. Roque.

Aqui eram deficientes as suas instalações.

Em 1833, o Imperador D. Pedro, ao visitar o edificio da sede da Misericórdia, no Largo de S. Roque, antiga Casa Professa da Companhia de Jesus, achou tão precária a instalação, que fez promulgar o decreto de 31 de Dezembro, secularizando o Convento dos religiosos reformados de Santa Maria da Arrábida, entregando-o à Misericórdia para nêle se alojarem as órfãs e todo o pessoal.

Data, pois, de 1834 a sua permanência neste edifício, cuja posse se realizou em 17 de Janeiro. Naturalmente, tem sofrido diversas obras de adaptação. Começam no actual momento obras de simples beneficiações exteriores, estando projectadas algumas internas, o que bem necessita.

A traça, como se diz, dos conventos e das igrejas não se coaduna, em geral, a fins diversos ou díspares.

Temos visto, tais edifícios aonde se instalaram, forçadamente, serviços públicos sofrerem enormes reparações, sempre deficientes, quantas e quantas vezes, mais custosas do que novas edificações!

Das igrejas, então, não foi possível dar-lhes destino diferente do culto. O muito que se tem conseguido é encerrá-las.

A Misericórdia de Lisboa foram doados os edifícios de S. Roque e de S. Pedro de Alcântara.

A esta Instituição, criada para exercício da caridade cristã, detentora de capitais legados por inúmeros benfeitores, crentes do cumprimento das suas últimas disposições, não lhe seria indiferente instalar-se nestes edifícios, após a destruição completa da antiga sede, que usufruiu desde a sua fundação até ao lamentável terramoto de 1755.

As duas Igrejas: a de S. Roque, Templo na sua simplicidade estética, cheia de beleza e de imponência dos seus relicários, e esta que vão observar, dedicada a S. Pedro de Alcântara, antigas pertenças de duas grandes Comunidades que com os seus Mártires e Santos disseminaram a Fé por todo o mundo, não poderiam ter melhor destino.

Bem estão!

O ensino tem obedecido a várias e naturais regulamentações e transformações através da sua longa existência, confiado sempre a professorado distinto sob a direcção suprema das suas regentes e da provedoria, com o fim, como disse o falecido Provedor Dr. Tomás de Carvalho no seu discurso de 3 de Setembro de 1893: «proporcionar às educandas as luzes que as podem alumiar, preservar e guiar na luta pela vida e fiel companheira do homem, auxiliando-o no tráfego da vida e o animará no seu recíproco destino».

Eis, em notas telegráficas, uma pálida idéia do Recolhimento que vamos visitar, guiados por quem de direito, a Ex.^{ma} Sr.^a D. Sofia de Vasconcelos Guimarães, sua Digníssima Regente.

No pavimento inferior encontraremos um pátio, recreio das educandas, o antigo claustro, que denuncia pela sua exigüidade a diminuta população conventual; segue-se outro, também pequeno, rodeado pelo refeitório, cozinha, dispensa, casas de banho, etc.

No andar superior depara-se um pequeno salão que dá entrada às aulas, aos vastos corredores com muitas portas que serviam às tribunas da Igreja e às celas dos frades, hoje alojamento das professoras e pessoal, e a outras salas destinadas a estudo, dormitórios das educandas, recreio, etc.

Este salão dá-nos, também, entrada para o côro.

No côro estão dispostos, ao longo das paredes, os antigos cadeirais, encimados pelos 13 quadros, e outro de Sampaio, a que já fiz referênciã.

Na tribuna saliente da Igreja alojava-se outrora um órgão, talvez demasiado grande para a sua estrutura.

Este órgão foi transferido para a Igreja de S. Roque em 1844 e bãrbaramente colocado no transepto, ocultando a capela dos Castros, onde repousa o insigne teólogo e mestre: P.^o Francisco Suarez, da Companhia de Jesus, falecido em 25 de Setembro de 1617.

Em 1894, para desobstrução da referida capela, passou para o Côro, onde actualmente se encontra. Há poucos anos, por minhas instâncias, foi restaurado, afinado e dotado com motor eléctrico para seu funcionamento.

Foi construído em 1786 por António Xavier Machado Cerveira, irmão do grande Machado de Castro. Possui 1694 tubos. Os órgãos da Igreja dos Mártires e da Real Capela de Queluz são, também, de sua autoria, tendo restaurado o de Mafra.

Terminam aqui, para regalo de V. Ex.^{as}, as minhas notas.

Em frase chã e sem sabor tiveram a amabilidade de me ouvirem, restando-lhes, contudo, como único refrigério, quando descerem à Alameda e Jardim de S. Pedro de Alcântara, distraírem o espírito, alongando a vista sôbre o panorama da cidade ao divisar a Graça, a Pena, o Castelo, para o que chamo, em minha defesa, o testemunho de um diplomata estrangeiro que numa carta escrita em 1849 e publicada a sua tradução no nosso «Boletim» n.^o 15, em artigo do falecido Dr. Alfredo da Cunha, dizia:

«Hã sítios donde se gozam vistas soberbas sôbre a cidade e sôbre o rio, com os seus navios à vela, e nunca esquecerei a impressão que me causou o panorama que oferece Lisboa do Terraço de S. Pedro de Alcântara, perto da Igreja de S. Roque».

Passado um século, mais alindada está com a sua primeira e sempre linda Avenida que daqui, também, vereis até aos cimos de Campolide, iniciada por obra de um grande Amigo e Filho de Lisboa, o sempre lembrado Rosa Araújo.

Como nos grandes discursos:

Tenho dito.

14/Fev./1943.

O CONVENTO DE NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS

ERRATA

Na pág. 228, linha 9, leia-se: *a primeira pedra em 27 de Setembro de 1606*; e na linha 11: *e em 3 de Maio de 1611*.

Na pág. 231, linha 29, leia-se: *por decreto de 28 de Maio*.

Na pág. 235, linha 35, leia-se: *em 1927, lembro-me muito bem*.

Acção Cultural do Grupo «Amigos de Lisboa» durante o ano de 1943

SECÇÃO DE ESTUDOS CULTURAIS E DE PROPAGANDA

VISITAS DE ESTUDO

- 10 de Janeiro — Ao edifício do antigo Convento da Encarnação, dirigida pelo sr. Norberto de Araújo.
- 11, 12, 13 e 14 de Janeiro — As novas instalações da Casa da Moeda, dirigida pelo sr. coronel Cruz Azevedo.
- 24 de Janeiro — A Casa de Repouso dos Inválidos do Comércio, dirigida pelo dr. Alexandre Ferreira.
- 14 de Fevereiro — Ao edifício do antigo Convento de S. Pedro de Alcântara, dirigida pelo sr. Pedro da Cunha Santos.
- 28 de Fevereiro — À Igreja Paroquial de S. Bartolomeu, ao Recolhimento de Nossa Senhora do Amparo e ao antigo Convento do Beato, dirigida pelo sr. António Ribeiro da Silva e Sousa (Sidónio Miguel).
- 14 de Março — Ao Quartel do Regimento de Sapadores de Caminhos de Ferro, dirigida pelo sr. Tenente de Engenharia Machado Sousa.
- 28 de Março — Ao edifício da igreja do antigo Convento de Nossa Senhora dos Remédios (Convento dos Marianos), dirigida pelo sr. dr. Leopoldo de Figueiredo.
- 4 de Abril — À Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Fátima, dirigida pelo sr. cónego Pereira dos Reis.
- 18 de Abril — Ao Gimnásio Clube Português, dirigida pelo sr. Álvaro Pereira de Lacerda.
- 9 de Maio — Ao edifício do antigo Mosteiro das Comendadeiras de S. Tiago, dirigida pelo sr. António Ribeiro da Silva e Sousa (Sidónio Miguel).
- 23 de Maio — Ao Seminário, Igreja de S. Tiago e novo Miradouro de Almada, dirigida pelos srs. Padre António Campos e João Luiz da Cruz.
- 6 de Junho — À Igreja de Santos-o-Velho e Legação da França, dirigida pelo sr. António Ribeiro da Silva e Sousa (Sidónio Miguel).
- 20 de Junho — Ao Instituto Superior de Agronomia e Tapada da Ajuda, dirigida pelo sr. eng. Caldeira Cabral.
- 11 de Julho — Ao Quartel do Batalhão de Sapadores Bombeiros, dirigida pelo Comandante de Batalhão sr. Capitão Joaquim Gomes Marques.

- 7 de Novembro — As igrejas de Santa Cruz do Castelo e S. Tiago, dirigida pelo sr. António Ribeiro da Silva e Sousa (Sidónio Miguel).
- 21 de Novembro — A Igreja de Nossa Senhora dos Mártires, dirigida pelo sr. dr. Eduardo Augusto da Silva Neves.
- 5 de Dezembro — Ao Museu e Biblioteca da Marinha, dirigida pelo sr. Comandante Eduardo Lupi.
- 19 de Dezembro — A Associação Comercial de Lisboa — Câmara do Comércio, dirigida pelo sr. Joaquim Roque da Fonseca.

CONFERÊNCIAS NA SÉDE

- 9 de Janeiro — *Olarias*, pelo sr. prof. Armando de Lucena.
- 16 de Janeiro — *Bordados e Tapeçarias*, pelo sr. prof. Armando de Lucena.
- 23 de Janeiro — *Imaginário Popular*, pelo sr. prof. Armando de Lucena.
- 30 de Janeiro — *A arte dos nossos ferreiros*, pelo sr. prof. Armando de Lucena.
- 8 de Março — *O carnaval há quarenta anos*, pelo sr. Albino Forjaz de Sampaio.
- 6 de Abril — *Um lisboeta no Rio de Janeiro*, pela sr.^a D. Julieta Ferrão.
- 20 de Abril — *Os alfacinhas*, pela sr.^a D. Fernanda Reis.
- 3 de Maio — *Tomaz de Melo, o último Boémio do Século XIX*, pelo sr. Álvaro Neves.
- 11 de Maio — *Casas onde viveram lisboetas ilustres*, pelo sr. dr. Frederico Govazzo Perry Vidal.
- 18 de Maio — *A Igreja de S. Roque*, pelo sr. Álvaro Peres de Lacerda.
- 25 de Maio — *A moda de outros tempos*, pelo sr. José Dias Sanches
- 5 de Junho — *Visão de uma Lisboa mais bela (As igrejas de Lisboa)*, pelo sr. dr. Amadeu Ferreira de Almeida.
- 10 de Junho — *Visão de uma Lisboa mais bela (Os teatros de Lisboa)*, pelo sr. dr. Amadeu Ferreira de Almeida.
- 12 de Junho — *Visão de uma Lisboa mais bela (O novo edifício do Banco de Portugal)*, pelo sr. dr. Amadeu Ferreira de Almeida.
- 15 de Junho — *Vendedores ambulantes e pregões alfacinhas*, pelo sr. Alfredo Augusto Lopes.

Amigos de Lisboa

Lista dos sócios aprova-
dos durante o ano de 1943

- 1455 — António Lourenço Tavares, comerciante
- 1456 — D. Maria Rosado dos Santos Xavier, professora
- 1457 — Jaime Marques, empregado bancário
- 1458 — D. Ernestina Saraiva, proprietária
- 1459 — Alberto Teles Alves, empregado bancário
- 1460 — D. Edite da Silva Ferreira Guimarães, proprietária
- 1461 — José Pinto Sant'Ana, empregado bancário
- 1462 — Tanqueiro, Ld.ª, comerciante
- 1463 — Henrique Carlos da Rocha Marques, comerciante
- 1464 — Albino Domingos Machado, comerciante
- 1465 — José Ângelo Real de Barros, empregado bancário
- 1466 — Severino Rodrigues Sant'Ana, comerciante
- 1467 — Francisco Abreu Correia de Lacerda, funcionário público
- 1468 — Manuel Vieira dos Reis, empregado de seguros
- 1469 — Eduardo Nogueira Vaz, empregado no comércio
- 1470 — Jorge Antunes dos Santos, comerciante
- 1471 — Carlos Alberto Marques da Silva, comerciante
- 1472 — Teodoro Alves Fernandes, oficial do exército
- 1473 — João Augusto de Oliveira, encadernador
- 1474 — Jaime Olímpio dos Santos, comerciante
- 1475 — Feliciano da Silva Ribeiro, comerciante
- 1476 — Dr.ª Maria Estela de Miranda Basso, professora
- 1477 — Henrique de Abreu Faro, empregado bancário
- 1478 — Martinho da Fonseca, pintor de arte
- 1479 — Henry Chapin Jackson, oficial da Marinha de Guerra Americana
- 1480 — José Pedro Pimenta da Gama, funcionário público
- 1481 — António José da Silva, comerciante
- 1482 — João Santa Marta Sales de Oliveira, empregado de seguros
- 1483 — Fernando Maldonado, comerciante
- 1484 — António Francisco, carpinteiro
- 1485 — Luiz António de Almeida Góis, agrónomo e professor da Universidade Técnica
- 1486 — Sebastião Ferreira da Cunha, empregado bancário
- 1487 — João Saldanha Borba, empregado no comércio
- 1488 — Abílio Augusto Barbosa, empregado no comércio
- 1489 — António Miranda Rôlo Júnior, comerciante

- 1490 — D. Elisa Andresen Guimarães, proprietária
1491 — Manuel Pinto Fião, empregado de escritório
1492 — Jaime Antunes Pereira, empregado de farmácia
1493 — Manuel Lopes Antunes, empregado no comércio
1494 — Hermenegildo Sousa Lourenço, empregado de farmácia
1495 — Luiz Augusto Monteiro de Aguiar, estudante
1496 — Dr. António Jacinto Ferreira, professor
1497 — Carlos Manuel Tórreres de Carvalhosa, funcionário público
1498 — António Frederico Marques Borges Nunes, farmacêutico
1499 — Armando Vilela, oficial da Marinha Mercante
1500 — D. Manuel de Melo (Cartaxo), industrial
1501 — Dr. Fernando Novais Bandarra Branco, veterinário
1502 — D. Maria Madalena de Martel Patrício, escritora
1503 — João Antão Marques, empregado de escritório
1504 — Higinio Nunes da Silva, contabilista
1505 — Eduardo Antão Marques, comerciante
1506 — Álvaro Henrique da Conceição Costa, industrial
1507 — José Pinto Ramos, professor
1508 — Dr. Ruy Almeida d'Eça, médico
1509 — Mário Gastão Ferreira, corrector oficial
1510 — Luiz António de Magalhães Correia, vice-almirante
1511 — Henrique Alvito, empregado bancário
1512 — Fernando Neves de Oliveira, empregado de escritório
1513 — Augusto Fernandes de Almeida, proprietário
1514 — Augusto Homem de Melo, funcionário público
1515 — Emídio Carlos Resende, empregado no comércio
1516 — Dr. Fernando de Abranches Ferrão, advogado
1517 — António Maria Leal, farmacêutico
1518 — Manuel Ladislau de Mesquita, proprietário
1519 — Coriolano Lazzolo, contabilista
1520 — José A. Abecassis, engenheiro
1521 — Dr. Anacleto da Fonseca Matos e Silva, jurisconsulto
1522 — Padre Domingos M. Fernandes Nogueira, pároco
1523 — Dr. D. Fernando de Almeida, médico
1524 — General Óscar de Fragoso Carmona
1525 — D. Maria Madeira da Costa, proprietária
1526 — Joaquim Amzalak, proprietário
1527 — Dr. Raúl de Carvalho, médico e professor
1528 — Guilherme Ribeiro Cardoso, empregado no comércio
1529 — Domingos Vaquero Monteiro, gerente comercial
1530 — Luiz Alonso Gonçalves Júnior, empregado de seguros
1531 — Artur Ferreira da Costa, jornalista
1532 — Manuel Manita Robalo, empregado no comércio

- 1533 — Feliciano José da Silva, comerciante
- 1534 — Odorico Machado Simões, empregado de escritório
- 1535 — António de Oliveira Belo, comerciante
- 1536 — José Manuel Capela Morais, industrial
- 1537 — Marquês de Abrantes, engenheiro
- 1538 — Dr. João Aurélio Fragoso, advogado
- 1539 — João Borges de Oliveira, proprietário
- 1540 — Pedro Amor de Barros, engenheiro
- 1541 — Roberto Alfonso Ferré, comerciante
- 1542 — D. Maria Luiza Morgado da Silva, funcionário público
- 1543 — António Calheiro, engenheiro
- 1544 — Sebastião Maria de Araújo, funcionário judicial
- 1545 — Vasco Lopes de Mendonça, engenheiro
- 1546 — João Queiriol, engenheiro
- 1547 — Ricardo E. Teixeira Duarte, engenheiro
- 1548 — Fernando de Almeida L. de Vasconcelos, engenheiro
- 1549 — Banco Lisboa e Ações
- 1550 — Rodrigo Peixoto, engenheiro
- 1551 — Dr. António Gomes de Oliveira, médico
- 1552 — Fernando Iglésias de Oliveira, engenheiro
- 1553 — João Alexandre Lopes Galvão, engenheiro
- 1554 — Pedro José da Cunha, engenheiro
- 1555 — Manuel Duarte Moreira de Sá e Melo, engenheiro
- 1556 — José Manuel Carvajal Teles da Silva, engenheiro
- 1557 — A. Piano Júnior & C.^a, banqueiros
- 1558 — António Cabral, ourives
- 1559 — Ernesto Santos Bastos, engenheiro
- 1560 — Zacarias José de Sant'Ana, engenheiro
- 1561 — Emmanuel Michez, engenheiro
- 1562 — Camossa Vaz Pinto, engenheiro
- 1563 — J. Wimmer & C.^a, comerciantes
- 1564 — Dr. Adriano Burguete, médico
- 1565 — Jorge Rodrigues Faro, estudante
- 1566 — António Rafael Ferreira, jornalista
- 1567 — Dr. Álvaro Eduardo Guimarães de Caires, médico
- 1568 — Dr. Álvaro Ernesto Barros Rosa, médico
- 1569 — Dr. Alfredo Tovar de Lemos, médico
- 1570 — Manuel Pinto Adrião, ajudante de farmácia
- 1571 — Artur Paulo da Silva, empregado de escritório
- 1572 — Francisco Oliveira Moura, empregado no comércio
- 1573 — António da Silva, empregado no comércio
- 1574 — Mário António Machado, empregado no comércio
- 1575 — D. Madalena Sotto Mayor Pinto Basto, proprietária

- 1576 — Alfredo Araújo, empregado no comércio
 1577 — Companhia Carris de Ferro de Lisboa, industrial
 1578 — Dr. Maria do Céu Mendes Vaz Barreiro, advogada
 1579 — D. Maria José Alberty Correia, proprietária
 1580 — Companhia das Águas de Lisboa
 1581 — César Francisco Cardoso, comerciante
 1582 — João Lopes, comerciante
 1583 — Carlos Augusto Alves da Silva Rocha Calado, funcionário administrativo
 1584 — Fernando José da Costa Matos, funcionário público
 1585 — Manuel Fernandes Tomaz, funcionário público
 1586 — Dr. João de Matos Rodrigues, professor da Universidade Técnica
 1587 — Paulo de Almeida Freitas, engenheiro
 1588 — Manuel de Carvalho Vasconcelos, engenheiro
 1589 — Bruno Janz, engenheiro
 1590 — Joaquim Augusto Laires, sargento-ajudante da Marinha

RECTIFICAÇÃO

600 — Carlos Lôbo d'Oliveira, escritor

Resumo dos sócios aprovados em 1943

Advogados	1	Funcionários judiciais	1
Ajudantes de farmácia	2	Funcionários públicos	7
Carpinteiros	1	Gerentes comerciais	1
Comerciantes	18	Industriais	5
Contabilistas	2	Jornalistas	2
Correctores oficiais	1	Jurisconsultos	7
Empregados bancários	7	Oficiais do Exército	2
Empregados no comércio	9	Oficiais da Marinha de Guerra	2
Empregados de escritório	5	Oficiais da Marinha Mercante	1
Empregados de seguros	3	Ourives	1
Encadernadores	1	Párocos	1
Engenheiros	21	Pintores de arte	1
Escritores	1	Professores	7
Estudantes	2	Proprietários	10
Farmacêuticos	2	Sargentos da Marinha	1
Funcionários administrativos ...	1	Veterinários	1

Resumo geral por profissões dos sócios do Grupo em 31 de Dezembro de 1943

Advogados	58	Empregados bancários	67
Agentes comerciais	1	Empregados do Cam. de Ferro	4
Agentes de Polícia	1	Empregados no comércio	97
Agentes de publicidade	2	Empregados de escritório	83
Agentes técnicos de engenharia	2	Empregados da Ind. Hoteleira	1
Ajudantes de Desp. Oficiais ...	1	Empregados Judiciais	2
Ajudantes de farmácia	3	Empregados na Mar. Mercante	3
Arqueólogos	1	Empregados de seguros	11
Arquitectos	16	Empresários teatrais	2
Artistas teatrais	9	Encadernadores	2
Aspirantes de Administrações...	1	Enfermeiras	1
Associações culturais	4	Engenheiros	114
Banqueiros	6	Escritores	7
Bibliotecários	1	Escriturários	1
Calistas	1	Escultores	5
Capitalistas	2	Estudantes	32
Caricaturistas	1	Farmacêuticos	14
Chefes de escritório	2	Ferroviários	1
Chefes de laboratório	1	Firmas comerciais e industriais	24
Chefes de Polícia	1	Fotógrafos	1
Chefes de Repartição	2	Funcionários administrativos ...	1
Chefes de secretaria	1	Funcionários judiciais	1
Comerciantes	192	Funcionários públicos	111
Condutores industriais	1	Gerentes comerciais	1
Condutores de Obras Públicas...	1	Gravadores	1
Conservadores de bibliotecas ...	2	Guarda-livros	10
Conservadores de museus	1	Guardas de polícia	1
Conservadores do Reg. Predial	1	Industriais	40
Construtores civis	4	Inspectores	3
Contabilistas	8	Intérpretes	3
Carpinteiros	1	Jornalistas	50
Correctores oficiais	2	Juízes de Direito	5
Dactilógrafos	2	Jurisconsultos	1
Desembargadores	1	Linotipistas	2
Desenhadores	1	Livreiros	1
Despachantes oficiais	10	Maçagistas	1
Diplomatas	11	Maestros compositores	1
Editores	2	Mecânicos	3
Electricistas	2	Médicos	90

Médicos veterinários	10	Professores	52
Mestres de alfaites	3	Proprietários	98
Ministros evangélicos	1	Publicistas	10
Notários	6	Realizadores cinematográficos...	2
Oficiais do Exército	63	Repórteres fotógrafos	1
Oficiais da Marinha de Guerra	20	Revisores tipográficos	1
Oficiais da Marinha Mercante	2	Sargentos da Marinha	1
Operários	2	Solicitadores	1
Ourives	1	Sub-directores de fábricas	1
Párcos	6	Técnicos fotográficos	1
Parteiras	1	Tipógrafos	3
Peritos de seguros	1	Tradutores	1
Pintores de arte	13		

TEODORO

O MAIS ANTIGO
FABRICANTE
DE LANTERNAS
estilos, D. JOÃO V,
RENASÇENÇA,
POMBALINO,
D. MARIA I
etc.



L O P E S R A M O S

FORNECEDOR de
LANTERNAS para
MINISTÉRIO, O. P.
PALÁCIO de QUE-
LUZ, Pousadas de
TURISMO, S. P. N.
PALÁCIOS e SOLA-
RES PORTUGUE-
SES etc.

119 - R. DO DIARIO

DE NOTICIAS - 119

(ESQUINA DA TRAVESSA DA QUEIMADA)

LISBOA

MOTORES ELÉTRICOS

Temos
sempre
novos
e
usados



Todas
as
fôrças
e
voltagens

EMPRESTAMOS

motores para substituição dos que
nos forem entregues para repa-
ração

Reconstrutora Eléctrica

DE

SOUSA & MEGA

RUA DOS CORREIROS, 130

Telefone 28609

*Para raparigas e para rapazes
dos 12 aos 15 anos*

as deliciosas e diverti-
das novelas da série:

«PARA TI, DA TIA NÉNÉ»

Para raparigas:

VERDADEIRA AMIGA
EU JÁ SOU UMA SENHORA...

Para rapazes:

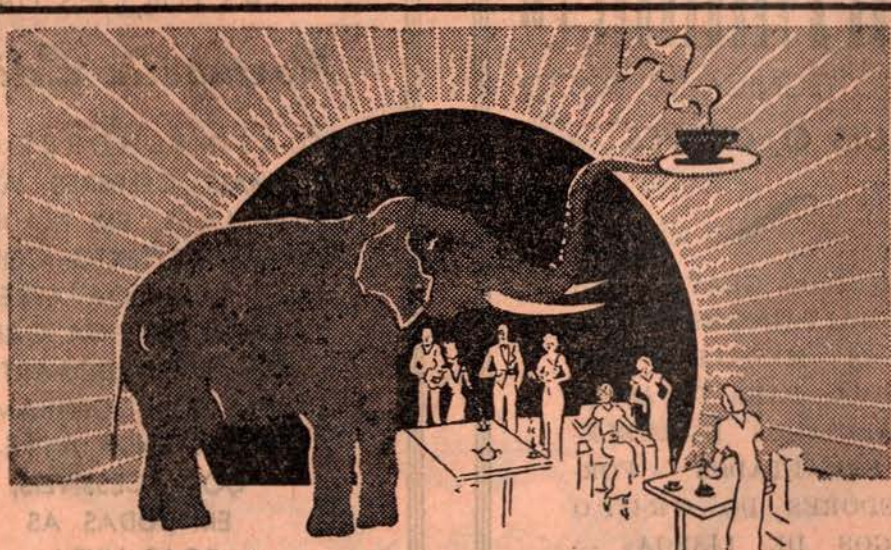
ROUBO MISTERIOSO
UMA AVENTURA NO «CLIPPER»

Novelas alegres, moralizadoras e
instrutivas. A leitura ideal para
os nossos filhos; o mais apre-
ciado presente para a juventude

Cada vol. cart. 10\$00, br. 6\$00

EDIÇÕES DA

Parceria António Maria Pereira



CHÁ CELESTE

preto e verde, uma delicia!

Caixa Geral de Depósitos Crédito e Previdência

Estabelecimento Autónomo do Estado

Serviços anexos { Caixa Nacional de Crédito
Caixa Nacional de Previdência

Telefone (P. B. X.) 26181 a 26189

DEPÓSITOS À ORDEM E A PRAZO —
EMPRÉSTIMOS HIPOTECÁRIOS E SÔ-
BRE PENHOR DE TÍTULOS — OPE-
RAÇÕES DE TRANSFERÊNCIAS E
COBRANÇAS — EMPRÉSTIMOS SÔ-
BRE PENHOR DE OURO, JÓIAS E
PRATAS PELA CASA DE CRÉDITO
POPULAR — EMPRÉSTIMOS AGRÍCO-
LAS E INDUSTRIAIS PELA CAIXA
NACIONAL DE CRÉDITO

Filiais em tôdas as sedes do Distrito

Agencias e delegações nas sedes de Concelho

OLIVEIRA & FERNANDES, L.^{DA}

DIRECCÃO TÉCNICA DO SÓCIO

LUIS Q. CHAVES

JOALHEIROS, GRAVADORES
E ESMALTADORES FABRI-
CANTES — MEDALHAS DES-
PORTIVAS PARA TÔDAS AS
MODALIDADES E EMBLE-
MAS ESMALTADOS — FOR-
NECEDORES DO GRUPO
«AMIGOS DE LISBOA» —
PREÇOS MÓDICOS

Rua dos Sapateiros, 44-3.º Esq.º
Telef. 23103 **LISBOA**

AS EDIÇÕES DA

Portugália Editora

SÃO AS MELHORES OBRAS
DOS MAIS CÉLEBRES AUTORES
MUNDIAIS, EM TRADUÇÕES
ESMERADAS, TEXTOS COMPLE-
TOS, COM BOA APRESEN-
TAÇÃO GRÁFICA, CAPAS
POR APRECIADOS ARTIS-
TAS, E ENCONTRAM-
-SE À VENDA, A PRE-
ÇOS ACESSÍVEIS,
EM TÔDAS AS
BOAS LIVRA-
RIAS DO
PAÍS.

PORTUGÁLIA EDITORA

AVENIDA DA LIBERDADE, 13-3.º
LISBOA

COMPANHIA COLONIAL DE NAVEGAÇÃO

SERVIÇO DE CARGA E PASSAGEIROS

Fuchal, S. Tomé, Sazaire, Luanda, Pôrto Amboim, Lobito, Mossâmedes, Lourenço Marques, Beira e Moçambique e para mais portos da Costa Ocidental e Oriental, sujeitos à baldeação em Luanda e Lourenço Marques.

LINHA RÁPIDA DA COSTA OCIDENTAL

SAIDAS MENSAIS REGULARES, COM ESCALA POR:

Príncipe, S. Tomé, Ambriz, Luanda, Pôrto Amboim, Novo Redondo, Lobito e Benguela e demais portos da Costa Ocidental, sujeito a baldeação em Luanda.

LINHA DA GUINÉ

SAIDAS MENSAIS REGULARES, COM ESCALA POR:

S. Vicente, Praia, Bissau e Bolama.

LINHA DA AMÉRICA DO NORTE

VAPORES DE PASSAGEIROS

«Serpa Pinto»	8.267 ton.
«Mouzinho»	8.374 »
«Colonial»	8.309 »
«João Belo»	7.540 »
«Guiné»	3.200 »

FROTA

«Lugela»	8.340 ton.
«Huambo»	7.060 »
«Luango»	7.056 »
«Pungue»	6.290 »
«Bailundo»	5.650 »
«Malange»	5.050 »
«Lobito»	4.200 »
«Buzi»	2.160 »
«Sena»	1.420 »
«Micondó» (costeiro)	270 »

LINHA DO BRASIL

VAPORES DE CARGA

ESCRITÓRIOS

LISBOA

Rua do Instituto Vergílio Machado, 14
(à Rua da Alfândega)
Telefone 2 0052

PÔRTO

RUA INFANTE D. HENRIQUE, 9
Telefone 2324



COMPANHIA ALCOBIA

Fornecedores dos melhores
e mais lindos mobiliários

CÓMODAS DE ESTILO — PORCELANAS DE SAXE — ESPELHOS DE VENEZA — CANDEEIROS DE CRISTAL, DE FERRO FORJADO E DE MADEIRA — TAPEÇARIAS — MARQUISSETES E VOILES SUIÇOS — CARPETES DE LÃ

Campanhia **ALCOBIA**

R. Ivens, 14 (esquina da R. Capêlo)

Telef. 2 6441

Secção de Tipografia, Encadernação e Pautação. Trabalhos simples e de luxo

Papelaria Camões

DE

AUGUSTO, RODRIGUES
& BRITO, L.^{da}

Pincéis, telas e tintas de óleo, para aguarela, desenho e guaches das marcas: Lefranc, Windsor, Pelikan e Schmincke

42 — Praça Luís de Camões — 43
Telef.: 2 3063

LISBOA

DOMINGUEZ & LAVADINHO, LD.^A

PAPELARIAS
nacionais e estrangeiras

**TINTA DE
ESCREVER**
nacionais e estrangeiras



FÁBRICA de
sobrescritos
manipulação de
papeis de escrever
e sacos de papel

PAPEIS QUÍMICOS, Lápis artigos
de escritório e de
desenho

SEDE: Rua da Assunção, 79 a 85 e Rua dos Sapateiros, 135 a 143

TELEFONES: 2 5201 / 02

FÁBRICA: Av. Casal Ribeiro, 18 a 24 — LISBOA

A limpeza do fato é tão necessária como a limpeza do corpo. Realmente uma pessoa bem cuidada provoca sempre simpatia, o que não sucede, é claro, se andar com o fato sujo e enrugado. E afinal tudo se pode remediar facilmente — sem perda de tempo e por preço acessível: basta dirigir-se a uma boa casa de limpeza de fatos.

E uma boa casa de limpeza de fatos, é incontéstavelmente

Indeformável «CORÁ»

na Rua da Prata, 156 s/l. — Telefone **23422**.

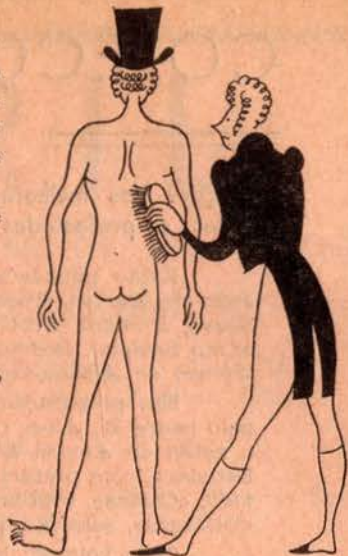
Pelo sistema da **Indeformável «CORÁ»** os fatos, sobretudo, gabardines, etc., são submetidos às seguintes operações:

- 1.^a — **Laboratório:** deslustrar e desnodoar.
- 2.^a — **Estufa vaporizadora:** absorção de sujidade.
- 3.^a — **Bustos:** alisamento e forma.
- 4.^a — **Costura:** retocagem.

E após essas operações o fato, o sobretudo, a gabardine conservarão o seu tipo distinto. O sistema da **Indeformável «CORÁ»** não afecta os tecidos — antes pelo contrário, desinfectando-os, dá-lhes vigôr e reintegra-os no primitivo.

Indeformável «CORÁ» é uma secção especializada, anexa ao estabelecimento de **Alfaiataria, de ÂNGELO SOARES**

A **Alfaiataria de ÂNGELO SOARES** é um estabelecimento de créditos firmados onde preside o bom gôsto na arte de vestir e onde se encontra o mais variado sortido de tecidos finos.



PAPYRUS
Extra Strong **PAPYRUS**

- PAPYRUS — O melhor papel para escrever
- PAPYRUS — O melhor papel para imprimir
- PAPYRUS — O melhor papel para Títulos de Crédito
- PAPYRUS — O melhor papel para Apólices, etc.
- PAPYRUS — Os melhores livros comerciais
- PAPYRUS — Os melhores sobrescritos
- PAPYRUS — O melhor papel para cartas

À venda nas Papelarias e Tipografias

Amador A. Dominguez & C.^a (Filho)

DEPÓSITO GERAL:

Rua dos Correeiros, 70 LISBOA
Telef. 25854 End. Teleg. PAPIRO

AO PEDIR
ÁGUA MINERAL
PEÇA

ÁGUA MINERAL CARBO-GAZOSA DAS
Lombadas
ILHA DE S. MIGUEL AÇORES

LEVE, ESTOMACAL, LÍMPIDA

Efeitos imediatos na digestão



À venda em tôda a parte

COLECCÃO DE CLÁSSICOS

SÁ DA COSTA

Edições dos melhores autores portugueses e estrangeiros, organizadas, anotadas e prefaciadas pelos mais competentes especialistas contemporâneos.

Estão publicadas obras de: *Sá de Miranda, Francisco Manuel de Melo, João de Barros, Tomaz A. Gonzaga, Descartes, Diogo do Couto, Frei Luiz de Sousa, Homero, Frei António das Chagas, António Ferreira, Frei Heitor Pinto, M.me Sévigné, Rodrigues Lobo, Marquiza de Alorna, Filinto Elísio, La Bruyère; Afonso de Albuquerque, Cavaleiro de Oliveira, Gil Vicente e Bocage.*

Em preparação: *Homero, «Iliada»,* traduzida do grego, prefácio e notas pelo padre *M. Alves Correia; Rodrigues Lobo, «A Côrte na Aldeia»* com prefácio e notas de *Afonso Lopes Vieira; Luiz António Verney, «Verdadeiro Método de Estudar»,* com prefácio e notas do Prof. *António Salgado J.º; Alexandre de Gusmão, «Cartas»,* com prefácio e notas do Prof. *Fidelino Figueiredo; Amador Arráez, «Diálogos»,* selecção, prefácio e notas do Prof. *Fidelino Figueiredo.*

Cada volume: brochado 15\$00, encadernado 25\$00. Tiragem especial de 100 exemplares (em casos especiais 200) numerados em papel Leorne, 80\$00. Peça o plano da Colecção e as condições de inscrição, que oferecem preços especiais e facilidades de pagamento.

«*Como se devem ler os Clássicos*» do Prof. *José Pereira Tavares,* brochado 12\$50, encadernado 22\$50.

LIVRARIA SÁ DA COSTA — Editora

Sede: 100-102, Rua Garrett

LISBOA

Sucursal: 24, Póço Novo

PORTO DE LISBOA (Administração Geral)

Áreas — Molhada 11.150 hectares; terrestre utilizável 2.000 Ha, sendo 10 Ha de área coberta.

Vias férreas: Superior a 40 Kms. de comprimento ligados à rede ferroviário do País.

Caís acostáveis — Comprimento total de cerca de 13 kms.

Docas secas: Cinco, de comprimentos entre 42 e 180 metros.

Docas de abrigo: Sete, com 45 Ha de área molhada total.

Carreiras de construção — Três, respectivamente, com 87, 120 e 150 metros de comprimento.

Officinas de construção e reparação naval: Amplas e convenientemente aparelhadas.

Guindastes: Hidráulicos, a vapor e eléctricos terrestres e flutuantes, cuja potência elevatória varia de 1.500 kg. a 100.000 kg.

Material marítimo: Rebocadores, dragas, barcas de água e batelões diversos, cilindros impulsores, etc.

Warrants: Faculdade de emitir warrants, nos termos do Código Comercial.

ADMINISTRAÇÃO GERAL DO PORTO DE LISBOA

CAIS DO SODRÉ

TELEFONES 25001/3 e 25655/6

ESTORIL

COSTA DO SOL — A 23 quilómetros de Lisboa

CLIMA EXCEPCIONAL DURANTE TODO O ANO

PALÁCIO - HOTEL
Elegante e confortável

pico — Ginástica — Cultura Física —
Sala de Armas — Análises clínicas.

HOTEL DO PARQUE
Instalações modernizadas

TAMARIZ
Magnífica esplanada sôbre o mar — Res-
taurante — Bars.

HOTEL DE ITÁLIA
(Monte Estoril — Boa situação

CASINO
Aberto todo o ano — Concertos — Cine-
ma — «Dancing» — Restaurante —
Bars — Jogos autorizados pelo Govêrno.

ESTORIL — TERMAS
Estabelecimento Hidro-Mineral e Fisioterá-

PISCINA DE ÁGUA TÉPIDA — «STANDS» DE TIRO — ESCOLA DE EQUITAÇÃO

INFORMAÇÕES — **SOCIEDADE PROPAGANDA DA COSTA DO SOL — ESTORIL**

EMPRESA NACIONAL DE APARELHAGEM ELÉCTRICA TEL. 62177-82178
AVENIDA 24 DE JULHO 158-15890A

ADQUIRO O NOSSO MATERIAL
É GARANTIA DE OBTER MATE-
RIAL DE QUALIDADE
SUPERIOR

LÂMPADAS

LUMIAR

MOTORES ELÉCTRICOS — TRANSFORMADORES

ENAE

Fábrica nacional

LIVRARIA MORAIS

DE

JOÃO D'ARAUJO MORAIS, L.^{DA}



COMPRA E VENDA DE:

LIVROS CLÁSSICOS
PORTUGUESES
E ESTRANGEIROS

OBRAS DE:

ARTE, DIREITO, HIS-
TÓRIA, LITERATURA.
: : : : ETC., ETC. : : : :

EDIÇÕES DE LUXO

EXECUTAM-SE ENCADERNA-
ÇÕES EM TODOS OS GÊNEROS



49, R. DA ASSUNÇÃO, 51 — LISBOA

Telefone 2 6950

Empresa Insulana de Navegação

CARREIRAS REGULARES ENTRE Lisboa, Madeira e Açores

Escalas e datas das saídas dos vapores:

Em 8 de cada mês para: Madeira, Santa Maria, S. Miguel, Terceira, Graciosa, (Santa Cruz), S. Jorge (Calheta), Lages do Pico e Faial.

Em 23 de cada mês para: Madeira, S. Miguel, Terceira, Graciosa (Praia), S. Jorge (Velas), Cais do Pico, Faial, Córvo e Faial (Lages e Santa Cruz).

A escala da Ilha do Córvo só se efectua nos meses de Maio, Junho, Julho, Agosto e Outubro, tocando também o vapor naquele pôrto no mês de Fevereiro só para troca de correspondência e serviço de passageiros.

AGENTES:

GERMANO SERRÃO ARNAUD

Avenida 24 de Julho, 2, 2.º D.

LISBOA

Telefone 20214

Na Madeira

Em Ponta Delgada

BLANDY BROTHERS & C.º

BENSAUDE & C.ª



BERLIM

A

ALEMANHA FALA!

ACTUALIDADES EM LINGUA PORTUGUESA

Programa para Portugal

Horas		Ondas Curtas	
12,15 às 13,45	«Hora Portuguesa»	24,73 m.	12,130 kc/s
13,45 às 14,00	Noticiário	24,73 m.	12,130 kc/s
20,00 às 20,30	Música	31,28 m.	9,590 kc/s
		41,15 m.	7,290 kc/s
20,30 às 20,45	Noticiário e «Comentário militar» ...	31,28 m.	9,590 kc/s
20,45 às 21,15	Música	31,28 m.	9,590 kc/s
		41,15 m.	7,290 kc/s
21,15 às 21,30	Noticiário	31,28 m.	9,590 kc/s
		41,15 m.	7,290 kc/s
21,30 às 22,00	Música e «Ecos da Actualidade» ...	31,28 m.	9,590 kc/s
22,00 às 22,30	Música de baile	31,28 m.	9,590 kc/s
		41,15 m.	7,290 kc/s
22,30 às 22,45	Noticiário e «Tema do Dia»	31,28 m.	9,590 kc/s

O último noticiário em português é emitido das 23,45 às 24,00 horas em 48,86 m. — 6,140 kc/s

097

Ourivesaria da Guia

FUNDADA EM 1875

JOIAS — OURO — PRATAS — RELÓGIOS

Rua Martin Moniz, 2-10 | Telefone 28336
Rua da Mouraria, 7-11 LISBOA



BANCO LISBOA & AÇORES

CAPITAL E FUNDOS DE RESERVA ESC. 42.500.000\$00

FILIAL PÓRTO

AGÊNCIAS

BOMBARRAL, CALDAS DA RAÍNHA, CORUCHE,
ENTRONCAMENTO E ESTORIL

Correspondentes no país e principais cidades do estrangeiro

Tódas as operações de comércio bancário